



ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ - AESP|CE
COORDENADORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO – COENI
CÉLULA DE PÓS-GRADUAÇÃO - CEPOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA – CEESP

FORTALEZA – CE
2024

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ – AESP|CE

Leonardo D’Almeida Couto Barreto
Diretoria-Geral da AESP|CE

Jamille dos Santos Moura
Diretoria de Planejamento e Gestão Interna da AESP|CE

Evandro Queiroz de Assunção
Coordenadoria de Ensino e Instrução da AESP|CE

Ciro de Assis Lacerda
Coordenadoria Acadêmica Pedagógica da AESP|CE

Ana Paula Silva Santos Barroso
Célula de Pós-Graduação da AESP|CE

Paulo Ramon Rodrigues Tavares
Núcleo de Pesquisa e Extensão

Amanda Egídio Miranda de Oliveira
Secretaria Acadêmica da AESP|CE

Joelson Pimentel da Silva
Formatação

Fortaleza / CE
2024



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO: NOME, ÁREA DE CONHECIMENTO E CARGA HORÁRIA TOTAL	1
2. PÚBLICO ALVO	1
3. JUSTIFICATIVA	1
4. OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICOS)	2
4.1 Geral:.....	2
4.2 Específicos:.....	2
5. DESCRIÇÃO DO PERFIL E DAS COMPETÊNCIAS DO EGRESSO	3
6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS REQUISITOS PARA INGRESSO	3
7. CARGA HORÁRIA: ESTRUTURA CURRICULAR.....	3
8. PERÍODO E PERIODICIDADE:.....	5
9. MATRIZ CURRICULAR: RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS E RESPECTIVAS CARGAS HORÁRIAS	5
10. EMENTA E BIBLIOGRAFIA: DESCRIÇÃO DA EMENTA E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR, COM ATÉ 03 (TRÊS) TÍTULOS POR DISCIPLINA.....	6
11. METODOLOGIA	54
12. FREQUÊNCIA	54
13. AVALIAÇÃO	54
14. TCC: INDICAÇÃO DA NATUREZA DO TRABALHO E DOS REQUISITOS PARA AVALIAÇÃO.....	55
15. PARCERIAS	55
16. CERTIFICAÇÃO.....	55
17. INFRAESTRUTURA FÍSICA	55
18. AVALIAÇÃO DO CURSO	56

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA – CEAESP

1. IDENTIFICAÇÃO: NOME, ÁREA DE CONHECIMENTO E CARGA HORÁRIA TOTAL

- **Nome:** Curso de Especialização em Altos Estudos de Segurança Pública – CEAESP
- **Área de conhecimento:** Segurança Pública – Defesa Civil – Gestão – Cidadania – Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.
- **Titulação:** Pós graduação “*lato sensu*” - Especialização

2. PÚBLICO ALVO

Servidores oriundos de órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), possuidores de diploma de curso superior de Licenciatura, Tecnólogo ou Bacharelado nas diversas áreas do conhecimento, aprovados em processo seletivo organizado por comissão designada pela Direção-Geral da AESP|CE e que tenham interesse em elaborar pesquisa para formulação de políticas públicas.

3. JUSTIFICATIVA

Diante do cenário social complexo em que se encontra o Brasil e o Mundo, de modo especial no âmbito do Sistema de Segurança Pública, Persecução Penal e Defesa Civil, torna-se cada vez mais necessário o fortalecimento e busca pela excelência da formação e capacitação continuada dos recursos humanos integrantes das forças que compõem esse sistema.

Neste diapasão, um dos caminhos imprescindíveis é a realização de cursos com currículos que proporcionem o aprofundamento doutrinário, a maximização da técnica, a engenharia de saberes, a propositura de práticas, a pesquisa e produção científica.

No mesmo esteio a participação da sociedade civil por meio de entidades conectadas com estas causas, bem como a inserção do campo das universidades, são elementos imprescindíveis para a construção de diretrizes doutrinárias e práticas que indubitavelmente gerarão contributo

incomensurável para as políticas públicas voltadas para as temáticas em evidência.

Nessa linha de raciocínio, vislumbrou-se e elaboração de uma estrutura curricular capaz de garantir o conhecimento necessário e peculiar para a qualificação funcional dos discentes deste curso, bem como, propiciar o avanço nos mais vastos campos profissionais, humanísticos e institucionais, maximizando de forma diferenciada a troca de experiências e saberes. A matriz curricular, desenhada especialmente para o curso, formatada em conjunto com todas as forças de segurança pública do Ceará e contempla as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - AESP/CE, a Matriz Curricular da AESP/CE e a Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Da mesma forma, também observou-se o que de mais moderno e pedagogicamente avançado há no âmbito da capacitação continuada nas diversas Academias de Segurança Pública do Brasil e do Mundo, bem como em universidades, trazendo e adaptando estes saberes a realidade.

Com isto, este curso que em sua concepção inicial preparou diversos gestores da segurança pública, volta-se agora a ampliar o seu público-alvo, estabelecendo assim uma pluralização de novos pesquisadores, promovendo a integralização de saberes e a busca por capacitar maiores interventores para os mais altos debates acadêmicos sobre segurança pública.

4. OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICOS)

4.1 Geral:

Proporcionar aos participantes condições propícias para angariar, aprofundar, refletir e produzir conhecimentos voltados para a gestão estratégica e institucional, com vistas a viabilizar a engenharia de estudos e boas práticas com vistas ao encontro de bons resultados gerenciais, operacionais e estratégicos, nas áreas da segurança pública, defesa civil, cidadania e direitos fundamentais da pessoa humana.

4.2 Específicos:

4.2.1 Viabilizar a atualização e ampliação dos conhecimentos profissional, técnico e humanístico dos discentes abordando os saberes necessários para a elaboração de pesquisas com temas avançados.

4.2.2 Capacitar os discentes para a formulação de políticas públicas e produção de pesquisas propositivas;

5. DESCRIÇÃO DO PERFIL E DAS COMPETÊNCIAS DO EGRESSO

Os alunos do curso serão preferencialmente profissionais dos órgãos de segurança pública que possuam naturalmente perfil de gerenciamento, direção e assessoramento superior, bem como discentes que, tenham interesse em estudar e produzir pesquisas em assuntos especializados.

Da mesma forma, para os alunos de outros órgãos, pensa-se em que tenham também similar natureza profissiográfica e acadêmica.

Ao concluírem o curso devem tais profissionais estarem dotados dos saberes e habilidades necessários para desenvolverem relatórios, documentos de política, planos de ação ou até mesmo proposição de legislações voltadas ao desenvolvimento das ciências policiais e suas práticas.

6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS REQUISITOS PARA INGRESSO

Para ingressar no Curso, o candidato deve:

- a) possuir diploma de curso superior (Licenciatura, Tecnólogo ou Bacharelado) nas diversas áreas do conhecimento;
- b) ser selecionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, na forma disposta no edital de seleção e ampla concorrência.

O processo de seleção será de caráter classificatório, mediante publicação de edital específico, no qual constarão as respectivas vagas, prazos, critérios de seleção, documentação exigida para a matrícula e demais informações necessárias.

7. CARGA HORÁRIA: ESTRUTURA CURRICULAR

A Carga horária total do curso é de 408 horas obrigatórias distribuídas em componentes curriculares que contarão com atividades teóricas e práticas, realizadas de modo individual ou em grupos. O Plano de Ação Educacional do curso definirá as disciplinas que serão realizadas na modalidade de ensino a distância respeitando o limite de 20 % (vinte por cento) da carga horária total. Conforme previsto no art. 18 da Resolução 470/2018 – CEE/CE.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA DE SEGURANÇA PÚBLICA - CEESP		
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		
ORD	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
1	Metodologia do Trabalho Científico	52h/a
2	Governança em Segurança Pública	20h/a
3	Temas Geopolíticos com Foco na Segurança Pública	20h/a
4	Direitos Humanos e Fundamentais com Ênfase na Segurança Pública	20h/a
5	Comunicação Social e Liderança Estratégica	16h/a
6	Gestão de Orçamentos e Finanças Públicas	20h/a
7	Gestão de Projetos e de Processos	20h/a
8	Gestão para Resultados na Esfera da Segurança Pública	20h/a
9	Gerenciamento de Conflitos no Âmbito da Segurança Pública	20h/a
10	Sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicados à Segurança Pública	20h/a
11	Planejamento Estratégico e Tomada de Decisão na Segurança Pública	20h/a
12	Gestão Integrada Baseada no Sistema Único de Segurança Pública (Susp)	16h/a
13	Sistemas de Auditoria e Controle	28h/a
14	Fundamentos das Ciências Policiais	20h/a
15	Inteligência de Segurança Pública	32h/a
16	Diretrizes Normalizadoras para a Produção de Trabalhos Científicos	16h/a
CARGA HORÁRIA DOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		360h/a
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TTC		
17	Produção e Apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso (Artigo Científico)	40h/a
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		
18	1. Palestra Inicial	02h/a
	2. Seminário	04h/a
	3. Palestra Final	02h/a
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		408h/a

A carga horária básica do curso é de 360 horas aula, formada pelos conhecimentos específicos constantes da matriz curricular. Ressalta-se que todos os componentes curriculares são de participação obrigatória do discente e são de cunho teórico, não obstante terem o olhar voltado para a finalidade e aplicabilidade prática, profissional e institucional.

O TCC compreende um artigo científico elaborado individualmente pelo aluno e submetido a banca avaliadora. Os Seminários, Visitas e Palestras buscam a ampliação dos saberes e a troca de experiências.

As linhas de pesquisa para aprofundamento de conteúdo e/ou confecção do artigo científico serão subsidiadas pela participação dos discentes em grupos de estudos indicados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) formados por docentes da AESP|CE, bem como por pesquisadores de universidades parceiras da AESP|CE.

8. PERÍODO E PERIODICIDADE:

Indicação da duração do curso (início e fim); especificação do(s) turno(s) de funcionamento e duração dos períodos letivos:

Período: O curso acontece no período estimado de 5 (cinco) meses.

Periodicidade: A cada ano poderá haver 1(uma) turma, em conformidade com planejamento estratégico da AESP|CE, bem como o Plano Anual de Capacitação. Existindo necessidade administrativa devidamente justificada, poderá haver outras edições.

9. MATRIZ CURRICULAR: RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS E RESPECTIVAS CARGAS HORÁRIAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		
ORD	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
1	Metodologia do Trabalho Científico	52h/a
2	Governança em Segurança Pública	20h/a
3	Temas Geopolíticos com Foco na Segurança Pública	20h/a
4	Direitos Humanos e Fundamentais com Ênfase na Segurança Pública	20h/a
5	Comunicação Social e Liderança Estratégica	16h/a
6	Gestão de Orçamentos e Finanças Públicas	20h/a
7	Gestão de Projetos e de Processos	20h/a
8	Gestão para Resultados na Esfera da Segurança Pública	20h/a
9	Gerenciamento de Conflitos no Âmbito da Segurança Pública	20h/a
10	Sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicados à Segurança Pública	20h/a
11	Planejamento Estratégico e Tomada de Decisão na Segurança Pública	20h/a
12	Gestão Integrada Baseada no Sistema Único de Segurança Pública (Susp)	16h/a
13	Sistemas de Auditoria e Controle	28h/a
14	Fundamentos das Ciências Policiais	20h/a
15	Inteligência de Segurança Pública	32h/a
16	Diretrizes Normalizadoras para a Produção de Trabalhos Científicos	16h/a
CARGA HORÁRIA DOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		360h/a
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TTC		
17	Produção e Apresentação Trabalho de Conclusão do Curso (Artigo Científico)	40h/a
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		
18	1. Palestra Inicial	02h/a
	2. Seminário	04h/a
	3. Palestra Final	02h/a
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		408h/a

- Corpo docente formado por no mínimo 50% dos professores mestres ou doutores, a serem indicados oportunamente.

10. EMENTA E BIBLIOGRAFIA: DESCRIÇÃO DA EMENTA E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR, COM ATÉ 03 (TRÊS) TÍTULOS POR DISCIPLINA.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Gerenciamento de Conflitos no Âmbito da Segurança Pública
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>Conflito e conflitualidades; métodos extrajudiciais de solução de conflitos; gerenciamento de conflitos e pacificação social na segurança pública; novos paradigmas de pacificação social e prevenção de violência.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL: Compreender o conflito a partir de um novo olhar baseado na cultura de paz e na pacificação social por meio da resolução pacífica de controvérsias, assimilando como utilizar os métodos autocompositivos no gerenciamento de conflitos no âmbito da segurança pública.</p> <p>ESPECÍFICOS: Entender os diferentes tipos de conflito; Diferenciar os métodos heterocompositivos e autocompositivos de solução de conflitos; Identificar os aspectos negativos e positivos do conflito; - Assimilar quais são os métodos de solução pacífica de conflitos que podem ser utilizados no gerenciamento de conflitos na segurança pública; Conhecer as técnicas utilizadas na autocomposição de conflitos.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I - CONFLITO E CONFLITUALIDADES Conflito e conflitualidades: aspectos históricos e teórico-conceituais; Entendendo o conflito: teoria do conflito; tipologia; classificação e efeitos na sociedade; Conflito; violência e criminalidade; Conflitos no âmbito da segurança pública.</p> <p>UNIDADE II - MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS Heterocomposição e autocomposição: espécies; conceitos; diferenças e aplicabilidade; Métodos autocompositivos de solução de conflitos com foco na mediação, conciliação e negociação; Principais marcos relatórios dos métodos autocompositivos de solução de conflitos no Brasil: legislação e atos normativos; Aplicação dos métodos autocompositivos aos conflitos que podem reverberar na seara criminal.</p> <p>UNIDADE III - GERENCIAMENTO DE CONFLITOS E PACIFICAÇÃO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA Segurança pública e o sistema de justiça criminal: impunidade; acesso à justiça; reparação de danos e justiça restaurativa; Conflitos na segurança pública: medidas alternativas ao processo penal como forma de pacificação social; Tipos de conflitos que podem ser solucionados por métodos autocompositivos extrajudiciais; Técnicas e procedimentos aplicáveis à resolução pacífica de conflitos.</p> <p>UNIDADE IV - NOVOS PARADIGMAS DE PACIFICAÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA Conflito e consenso na segurança pública: policiamento orientado à solução de problemas; policiamento comunitário; mediação policial; acordo de não persecução penal; transação penal; práticas restaurativas baseadas na reparação de danos e outras políticas de resolução de conflitos baseadas na cultura de paz; Novos paradigmas de pacificação social: experiências exitosas de resolução pacífica de conflitos no âmbito da segurança pública no Brasil e no Ceará; Novas formas de olhar o conflito: “pensando fora da caixa”; “trocando as lentes”; “como chegar ao consenso” e “cultura de paz”; Qualificação e capacitação dos agentes de segurança pública nas técnicas e procedimentos aplicáveis à resolução pacífica de conflitos.</p>	

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais;
- Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
- Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados;
- Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
- Estudo de casos e resolução de problemas;
- Aulas teóricas e práticas com a participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Quadro branco, pincel, lousa;
- Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides e vídeos;
- Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
- Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

- Exercícios de fixação do conteúdo (3 pontos);
- Entrega de trabalho escrito – em equipe (1 ponto);
- Apresentação de trabalho – em equipe (1 ponto); - Avaliação escrita (5 pontos).
- Nota Final: mínimo 7,00 (soma dos pontos);
- Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALENCAR; Emanuela Cardoso O.; FEITOSA, Gustavo Raposo; SALES, Lilia Maia de Moraes. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. In. Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, SC, n. 58, p. 281- 296, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2009v30n58p281/13615>. Acesso em 26 mar. 2021.
- BELEZA, Flávia Tavares. A mediação social como instrumento de participação para a realização da cidadania. Brasília. 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8176/1/2009_FlaviaTavaresBeleza.pdf. Acesso em: 26 de mar. 2022.
- CRUZ, Giselle Fernandes Corrêa da; LEANDRO, Ariane Gontijo Lopes. Programa de mediação de conflitos da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais: delineando uma metodologia em mediação individual e comunitária. Disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/0591eadd5a0a44d63b711a68cee9d796.doc>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- FREIRE, Cylviane Maria Cavalcante de Brito Pinheiro. Medidas alternativas ao processo penal: a mediação como meio extrajudicial de gerenciamento de conflitos penais na fase pré-processual. Revista Justiça do Direito, v. 32, n. 3, p. 642-670, 8 mar. 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/7748/114114465>. Acesso em: 05 dez. 2021.
- MIRANDA, Ana Karine Pessoa Cavalcante. Segurança pública, formação policial e mediação de conflitos: novas orientações para a atuação de uma polícia cidadã? Fortaleza, CE, 2011, 161 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual do Ceará (UECE). 2011. Disponível em: <http://tmp.mpce.mp.br/nеспeciais/nucleomed/publicacoes/artigos/seguranca.publica.formacao.policial.e.mediacao.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- NETTO, Fernando Gama de Miranda Netto (Org.). Mediação nas comunidades e nas instituições. Niterói: PPGSD, 2014. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/fernandogama/wp-content/uploads/sites/15/2017/07/livromediacao.pdf>. Acesso em 28 mar. 2021.
- OLIVEIRA, Michele Santana de. A utilização do Instituto da Mediação de Conflitos nas bases da polícia comunitária do município de Salvador – Bahia. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, 2018. Disponível em:

http://www.repositorio.unilab.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/741/2018_mono_moliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 mar. 2021.

PATRÍCIA, Palhano da Costa; GONDIM, Lílian Virgínia Carneiro; LANDIM, Francisco Edson de Sousa. Programa dos Núcleos de Mediação Comunitária: uma responsabilidade social como prática da cidadania. Fortaleza-CE, 2007. Prêmio Inovare 2012. ed. IX. Disponível em: <https://premioinnovare.com.br/praticas/l/programa-dos-nucleos-de-mediacao-comunitaria-uma-responsabilidade-social-como-pratica-de-cidadania> Acesso em: 28 mar. 2021.

RANGEL, Tauã Lima Verdán. A Comunidade como locus de promoção das práticas de Mediação: o empoderamento do indivíduo no tratamento de conflitos. Pública Direito (Plataforma Digital). Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=86ff096395a37c9d>. Acesso em: 28 mar. 2021.

REIS, Helena dos Santos. A utilização da mediação de conflitos nas atividades policiais. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo [CAES-PMESP]. São Paulo-SP. Disponível em: <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/caes/artigos/Artigos%20pdf/Helena%20dos%20Santos%20Reis.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ROBBINS, Stephen Paul. Comportamento organizacional. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

SALES, Lília Maia de Moraes. Ouvidoria e mediação: instrumentos de acesso à cidadania. In: Pensar, Fortaleza, v. 11, p. 154-167, fev. 2006. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/rpen/article/viewFile/787/1647>. Acesso em: 28 mar. 2021.

SALES, Lília Maia de Moraes; NUNES, Andrine Oliveira. A integração entre a segurança pública e a mediação de conflitos por meio da polícia comunitária. O Público e o Privado (UECE), v. 1, p. 111-126, 2010.

SALES, Lília Maia de Moraes; SARAIVA, Vita Caroline Mota. A mediação de conflitos e a segurança pública: o relato de uma experiência. Novos Estudos Jurídicos (UNIVALI). Novos Estudos Jurídicos (Online), v. 18, p. 15, 2013.

SALES, Lília Maia de Moraes. Mediador e o seu propósito de transformar vidas. Jornal O Povo. Fortaleza-CE. 16 de set. de 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2017/09/lilia-sales-mediador-e-o-seu-proposito-de-transformar-vidas.html>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SEIDEL, Daniel (Org.). Mediação de conflitos: a solução de muitos problemas pode estar em suas mãos. Brasília: Vida e Juventude, 2007.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER, Theobaldo Neto. Mediação enquanto política pública: a teoria, a prática e o projeto de lei. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/bitstream/11624/1838/1/Media%20enquanto%20pol%C3%ADtica%20p%C3%ABlica.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Patrícia Martins Rodrigues; REIS, Marcos Aurélio. A prática da mediação e o acesso à justiça: por um agir comunicativo. TJDF. 2010. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos/a-pratica-da-mediacao-e-o-acesso-a-justica-por-um-agir-comunicativo/view>. Acesso em 28 mar. 2021.

GOLDSTEIN, Herman. Policiando uma sociedade livre. São Paulo: Edusp, 2003.

VANAGUNAS, Stanley. Planejamento dos serviços policiais urbanos. In: GREENE, Jack R. (org.). Administração do trabalho policial: questões e análises. São Paulo: Edusp, 2007.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Metodologia da Pesquisa Científica
Carga horária	52h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA. CONHECIMENTO CIENTÍFICO. TÉCNICAS E MÉTODOS CIENTÍFICOS. PRODUÇÃO CIENTÍFICA. PROJETO DE PESQUISA E INTEGRIDADE ACADÊMICA. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC). PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TCC.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL: Compreender as normas básicas que regem a produção padronizada de trabalhos acadêmicos/científicos dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ofertados pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp CE) e entender os critérios de avaliação da produção e apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso.</p> <p>ESPECÍFICOS: Distinguir os diferentes tipos de trabalhos acadêmicos/científicos; - Assimilar as regras atinentes à estrutura, organização e formatação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) na modalidade artigo científico; - Conhecer as Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que deverão ser observadas por ocasião da produção do artigo científico; Identificar os elementos obrigatórios e opcionais de um artigo científico.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I – METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA 1. Apresentação da disciplina e informações gerais; 2. Metodologia: o estudo dos métodos; 3. Pesquisa científica: técnicas e métodos científicos; 4. Fontes de pesquisa disponíveis: fontes bibliográficas e documentais; acervos físicos e virtuais (confiáveis e não-confiáveis).</p> <p>UNIDADE II - CONHECIMENTO CIENTÍFICO 1. Ciência e senso comum; 2. Cientificidade e validação científica; 3. Textos científicos e textos não-científicos. 4. Senso crítico.</p> <p>UNIDADE III - TÉCNICAS E MÉTODOS CIENTÍFICOS 1. Exemplos de técnicas científicas; 2. Exemplos de métodos científicos; 3. A escolha das técnicas e dos métodos.</p> <p>UNIDADE IV - PRODUÇÃO CIENTÍFICA 1. Introdução ao estudo da produção científica; 2. Trabalhos acadêmicos: principais modalidades; 3. Projeto de pesquisa; artigo científico; monografia; dissertação e tese; 4. Principais diferenças: definição; estrutura; organização e formatação; 5. Referências: NBR/ABNT.</p> <p>UNIDADE V - PROJETO DE PESQUISA E INTEGRIDADE ACADÊMICA 1. Pesquisa empírica e pesquisa teórica; 2. Ética em Pesquisa Científica: aplicação de questionários; entrevistas e levantamento de dados; 3. Pesquisa envolvendo seres humanos: obrigatoriedade de submissão do projeto de pesquisa à Plataforma Brasil para avaliação ética; 4. Plataforma Brasil: manual e acesso; 5. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).</p>	

UNIDADE VI - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

1. Projeto de pesquisa: aspectos gerais e NBR/ABNT aplicáveis;
2. Introdução;
3. Problematização: questão problema e hipóteses;
4. Justificativa;
5. Objetivos: geral e específicos;
6. Referencial teórico;
7. Metodologia;
8. Proposta de Sumário;
9. Referências.

UNIDADE VII - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

1. Produção do TCC: aspectos gerais e NBR/ABNT aplicáveis;
2. Elementos pré-textuais; textuais e pós-textuais (obrigatórios e opcionais);
3. Introdução; desenvolvimento e considerações finais;
4. Referências;
5. Formatação.
6. Similaridade textual e detecção de plágio: modalidades de plágio e possíveis consequências.

UNIDADE VIII - PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TCC

1. Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Aesp|CE;
2. Apresentação do TCC: formação das bancas examinadoras;
3. Critérios avaliativos da produção e apresentação do TCC.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Divisão da turma em equipes para a simulação de bancas examinadoras e dinâmica de apresentação oral de trabalhos.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências e elaboração. Rio de Janeiro, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro, 2012a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6034: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2004a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12225: informação e documentação: Lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011a.
- BACICH, Lilian; MORAN, José (Org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BEUREN, I. S. Como elaborar trabalhos monográficos: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos [et al]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2320/1/2matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Coord.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FRANJA, Júnia Lessa et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 6. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- FREIRE, Cylviane Maria Cavalcante de Brito Pinheiro; KARAM, Andrea Maria Sobreira; VERAS, Juliana França. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos dos cursos de pós-graduação lato sensu da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará. Fortaleza: Aesp|CE, 2021.
- FREIRE, Cylviane Maria Cavalcante de Brito Pinheiro; NOTTINGHAM, Andréa De Boni. Desafios para a elaboração de trabalhos jurídicos de cunho científico frente às inovações tecnológicas da contemporaneidade. In: V Encontro Internacional do Conpedi Montevidéu, Uruguai - Direito, Educação, Epistemologias, Metodologias do Conhecimento e Pesquisa Jurídica II. Florianópolis: Conpedi, 2016, p. 112-130. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/9105o6b2/2p3rm1wq/3N77613yB90ac0Rn.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas da pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- OLIVEIRA NETTO, A. A. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 3. ed. Florianópolis, 2010.
- SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- TASSIGNY, Mônica Mota, et al. A aplicabilidade do método do estudo de caso em pesquisas jurídicas. Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, [S.l.], v. 88, n. 1, ago. 2016. ISSN 2448-2307. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/2268>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARAÚJO, Ulisses F.; SASTRE, Genoveva. Aprendizagem baseada em problemas no ensino superior. São Paulo: Summus, 2009.
- ANDRADE, F. S. Análise de riscos estratégicos: proposição de uma metodologia com foco nos valores organizacionais a partir do contexto da segurança pública. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34550>. Acesso em: 3

jun. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225441/mod_resource/content/1/Luckesi_O%20ato%20de%20avaliar_2011%20_263_294.pdf. Acesso em: 20. out. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Tradução de: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. Resumo disponível em: https://extensao.cecierj.edu.br/material_didatico/edc01/html/biblioteca/avaliacao_entre_duas_logicas.htm. Acesso em: 20 out. 2021.

REIS, A. B. Metodologia científica em perícia criminal. 3. ed. São Paulo: Millennium, 2016.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Governança em Segurança Pública
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>GOVERNANÇA PÚBLICA: CONCEITOS; DESENVOLVIMENTO E FUNÇÕES; GOVERNANÇA, INTEGRIDADE E CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TRANSPARÊNCIA; ACESSO À INFORMAÇÃO; COMPLIANCE E ACCOUNTABILITY; PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNANÇA PÚBLICA; O MODELO DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO CEARÁ; GOVERNANÇA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA; GOVERNANÇA PÚBLICA E POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL: Compreender os aspectos teórico-conceitual, psicológicos e práticos que envolvem a governança pública, analisando, a partir de uma perspectiva crítica, como as ferramentas e demais estratégias dessa função direcionada por quem se aplicadas no âmbito da segurança pública com vistas a alcançar melhores resultados na prestação do respectivo serviço público.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entender o que é governança pública e saber diferenciá-la de gestão pública; - Identificar as funções básicas e os principais pilares da governança pública; - Conhecer as políticas de controle da governança pública; - Assimilar a governança no contexto da segurança pública. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I - GOVERNANÇA PÚBLICA: CONCEITOS; DESENVOLVIMENTO E FUNÇÕES</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Governança pública: aspectos teórico-conceituais; psicológicos e práticos; 2. Relação e distinção entre governança e gestão públicas: função direcionadora e função executora; 3. Diretrizes sobre governança pública conforme o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; 4. Funções básicas da governança: avaliar; direcionar e monitorar; 5. Mecanismos de governança: liderança; estratégia e controle; 6. Princípios da governança: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência. <p>UNIDADE II - GOVERNANÇA, INTEGRIDADE E CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TRANSPARÊNCIA; ACESSO À INFORMAÇÃO; COMPLIANCE E ACCOUNTABILITY</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Governança, integridade pública e controle: tipos de controle; sistema de ouvidoria; participação social e fiscalização da integridade pública; 2. Políticas de governança baseadas nas diretrizes dos órgãos de controle; 3. Principais pilares da governança pública: transparência; acesso à informação; compliance e accountability; 4. Órgãos de controle (TCU e TCE): orçamento; finanças públicas; prestação de contas; multa e ressarcimento ao erário; 5. Governança digital: políticas do Governo federal e adesão do estado do Ceará; 6. Acessibilidade, inclusão digital e social, proteção de dados (LGPD) e segurança digital. <p>UNIDADE III - PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNANÇA PÚBLICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas de governança pública: planejamento; implantação e implementação de políticas públicas; 2. Monitoramento e avaliação das políticas de governança e gestão públicas: formas de monitoramento e acompanhamento de resultados; métricas de desempenho; avaliação das políticas implantadas e busca por soluções para a melhoria do desempenho das organizações públicas; 3. Governança pública e tomada de decisão baseada em evidências: instrumentos de promoção do processo decisório fundamentado em evidências; 4. Responsabilidade social e sustentabilidade; 	

5. Políticas inclusivas: inclusão social e digital.

UNIDADE IV - O MODELO DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO CEARÁ

1. Modelo de governança compartilhada do Plano Ceará 2050: Plano de governança e gestão multi-institucional do Ceará 2050;
2. Políticas de governança na administração pública do estado do Ceará: ambiente; capital humano; recursos materiais; infraestrutura tecnológica e ações estratégicas;
3. A busca por excelência na administração pública: aplicação de métodos, técnicas e processos inovadores de governança e gestão públicas;
4. Instrumentos de governança pública: Gestão para Resultados (GpR); Monitoramento de ações e projetos prioritários; Comitê de Gestão por Resultado e Gestão Fiscal;
5. Gestão participativa; PPA Participativo; Ouvidoria e Banco de idéias

UNIDADE V - GOVERNANÇA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA

1. Governança e Gestão para Resultados na esfera da segurança pública;
2. Elementos e ambiência de cooperação sistêmica;
3. Gerenciamento de riscos; prospecção de cenários; planejamento estratégico; políticas preventivas e gestão de continuidade com foco em resultados;
4. Planejamento, implantação, avaliação e monitoramento de políticas públicas de segurança;
5. Segurança orgânica e segurança patrimonial.

UNIDADE VI - GOVERNANÇA PÚBLICA E POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO

1. Improbidade administrativa e corrupção sistêmica: contextualização sobre a crise de credibilidade social resultante da sensação de impunidade e da ineficácia da legislação aplicável;
2. Interferências externas na governança e gestão públicas em desacordo com os valores morais, éticos e principiológicos da administração pública;
3. Governança pública e combate à corrupção e aos atos de improbidade: nepotismo; favorecimento pessoal baseado em situação de apadrinhamento; assédios moral e sexual; violação aos princípios da administração pública;
4. Administração pública e seu corpo funcional: valorização profissional baseada na meritocracia; estímulo à qualificação; incentivo à liderança; avaliação de desempenho; gestão de pessoas por competência; premiação por mérito.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRADE, F. S. de. Análise de riscos estratégicos: proposição de uma metodologia com foco nos valores organizacionais a partir do contexto da segurança pública. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34550>. Acesso em: 3 jun. 2021.
- ANDRADE, F. S. de; ROCKEMBACH, Silvio Jacob. Metodologia Arso: análise de riscos em segurança orgânica. Revista Mercopol. Edición Paraguay. [S. l.], n. 11, v. 11, 2018. ISSN 2236-9236.
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Guia da política de governança pública / Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. ISBN: 978-85-85142-93-3. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-pu-blica>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 15 fev. 2022.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria-Geral de Controle Externo. Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública. Índice de governança e gestão em segurança pública (IGGseg). Brasília: TCU/Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa), 2020. Disponível em: <https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/5020-apresentada-metodologia-de-apuracao-do-indice-de-governanca-e-gestao-para-orgaos-de-seguranca-publica-do-ceara>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. TCU cria modelo para avaliar a gestão e a governança da segurança pública. Secom TCU, 04 de agosto de 2022. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-cria-modelo-para-avaliar-a-gestao-e-a-governanca-da-seguranca-publica.htm>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SINK, Peter Kevin. Reforma do Estado e da administração pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CALDAS, Ricardo Wahendorff. Políticas públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.
- CARDOSO JÚNIOR, J. C. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Brasília: Ed. Ipea, 2011.
- CAVALCANTE, P. Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. Brasília: Ipea, 2017.
- CEARÁ. [Constituição Estadual (1989)]. Constituição do Estado do Ceará, 1989: [livro eletrônico]: Atualizada até a Emenda Constitucional nº 117 de 09.11.2022. Fortaleza: Inesp, 2022. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70432>. Acesso em: 30 nov. 2022.
- CEARÁ. Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o modelo de gestão do poder executivo, altera a estrutura da administração estadual. Fortaleza, CE: Alece, [2020]. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2018/16710.htm>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- CEARÁ. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Apresentada metodologia de apuração do Índice de governança e gestão para órgãos de Segurança Pública do Ceará. Comunicação TCE - CE, 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/5020-apresentada-metodologia-de-apuracao-do-indice-de-governanca-e-gestao-para-orgaos-de-seguranca-publica-do-ceara>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- CONSÓRCIO CEPLAN-PERSONAL. Plano de governança e gestão multi-institucional do Ceará 2050 [livro eletrônico]. Ceará: Fastef/Consórcio Ceplan-Personal, 2019. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/07/5.1-Modelo-de-Governan%C3%A7a-e-Gest%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- MANDARINI, M. A. Segurança corporativa estratégica: fundamentos. São Paulo: Manole, 2005.
- MAXIMIANO, Amaru; NOHARA, Irene. Gestão pública: abordagem integrada da Administração e do Direito Administrativo.

São Paulo: GEN/Atlas, 2017.

MENESES JÚNIOR, Raimundo Avilton; RIZARDI, Bruno Martins; FREITAS, Rebeca dos Santos (Org.). Nós em rede: o histórico da implementação da rede estadual de planejamento do governo do estado do Ceará. Boletim de Gestão Pública Ipece, Fortaleza, n. 10, set. - out., 2018.

MONTEIRO, João de Paula. Cooperação: saiba o que é cooperatividade sistêmica para um novo tipo de desenvolvimento. Coleção Prazer em Conhecer. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

NARDES, João Augusto Ribeiro. Governança pública: o desafio do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; PISA, Beatriz Jackiu; AUGUSTINHO, Sonia Maria (org.). Gestão e governança pública: aspectos essenciais. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016. ISBN: 978-85-7014-184-2.

Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2050/8/gestaogovernancapublica.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

PASCARELLI FILHO, Mário. A nova administração pública: profissionalização, eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas, 2012.

SAPORI, Luís Flávio. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007. SLOMSKI, V. et al. Governança corporativa e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas.

Disponível em: <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1205505974174218181901.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Tribunal De Contas Da União. Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU / Tribunal de Contas da União. 3. ed. Brasília: TCU,

Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – SecexAdministração, 2020. Tribunal de Contas da União. V. 3. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020. 242 p. Disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/>. Acesso em: 21 set. 2021.

KARAM, A. M. S., et al. Administração Pública brasileira sob a égide do Estado Democrático de Direito: perspectivas pós-Reforma Gerencial. In: Encontros Científicos 2017 - XVII Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa - Ciências Jurídicas, 2017, Fortaleza. Anais dos Encontros Científicos 2017. Fortaleza:

Unifor, 2017.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Direitos Humanos e Fundamentais com ênfase na Segurança Pública
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>A disciplina estuda os Direitos Humanos e Fundamentais à luz dos conceitos, princípios, concentrando-se tanto no direito substantivo, ou seja, nos Direitos Fundamentais, mas sobretudo nos mecanismos de implementação das normas dos Direitos Humanos à nível internacional, global e regional. Na abordagem do tema, analisar-se-á sua aplicação na ação dos profissionais de segurança pública na busca de um correto posicionamento do/a referido/a profissional dentro dos valores universais dos direitos humanos.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL: Interpretar os aspectos dos Direitos Humanos e Fundamentais, de acordo com a legislação e conteúdo de referência, para os Órgãos de Segurança Pública, da função de comando e o assessoramento de Escolas Militares nos níveis políticos e estratégicos.</p> <p>ESPECÍFICOS: Conhecer a literatura e os conceitos-chave sobre os direitos fundamentais. Refletir criticamente sobre a literatura dos mecanismos de proteção de direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Compreender o papel do Estado, do cidadão e do jurista na defesa dos direitos fundamentais. Conhecer os aspectos históricos, culturais, políticos e legais dos Direitos Humanos; Conhecer e analisar as normas internacionais e nacionais de Direitos Humanos; Analisar as normas nacionais e internacionais de Direitos Humanos aplicados à função do profissional de segurança pública. Compreender a relação entre a proteção dos direitos humanos e a ação profissional de segurança pública; Estudar a Legislação nacional referente as pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade. Estudar a legislação nacional que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública. Estudar a Legislação nacional que estabelece diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos para a categoria.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>1ª UNIDADE - Introdução à disciplina: Reflexões acerca dos direitos humanos frente a Segurança Pública. - Identificação do Direito Internacional Público; - Fontes do Direito Internacional Público; - Teorias.</p> <p>2ª UNIDADE - O Direito interno e o Direito Internacional; Teoria Monista e Dualista; - Direito Internacional e Soberania; - Direitos Humanos: Concepção Geral, História social e conceitual dos direitos humanos; - Abordagem histórico-culturais.</p> <p>3ª UNIDADE - Sistema de Proteção Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas; - Sistema Regional interamericano de Direitos Humanos; - Comissão Interamericana de Direitos Humanos: Origem, composição e competência; - Corte Interamericana de Direitos Humanos: Composição e competência; - A responsabilidade Intenacional dos Estados; - O procedimento de denúncia de casos individuais perante o sistema interamericano; - Documentos Internacionais.</p> <p>4ª UNIDADE - Teoria dos Direitos Fundamentais(Natureza, Positivção, Titularidade, Eficácia) - Fundamentação dos Direitos Fundamentais;</p>	

- Características
- Tipologia
- Programas nacionais e estaduais de proteção e defesa;
- Legislação pertinente de garantias às diferenças de pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade.

5ª UNIDADE

- Legislação nacional que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública.
- Legislação nacional que estabelece diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos para a categoria.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Alto comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Direitos Humanos e Aplicação da Lei. Manual de Formação em Direitos Humanos para as Forças Policiais. Nações Unidas.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Polícia e Direitos Humanos: do antagonismo ao protagonismo. Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.

_____. Direitos humanos: coisa de polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BRASIL. Ministério da Justiça. Cartilha de Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Brasília: SENASP, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: SENASP, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial n 4226 de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: SENASP, 2010.

BRASIL. Decreto nº678 de 06 de novembro de 1992. Convenção Americana sobre Direitos Humanos . Pacto de San José. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos(Pacto de São José da Costa Rica) de 22 de novembro de 1969.

CERQUEIRA, C. M. N. A polícia em uma sociedade democrática. In Polícia, violência e direitos humanos. CEDOP, [S.l.] Série Cadernos de Polícia, n.20, 1994.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CORDEIRO, Bernadete M. P.; SILVA, Suamy S. Direitos Humanos: referencial prático para docentes do ensino policial. 2. ed.

Brasília: CICV, 2005.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOMES, J. B. B. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HERKENHOFF, João Baptista. Direitos Humanos: a construção universal de uma utopia. Aparecida: Santuário, 1997.

_____. João Baptista. Curso de Direitos Humanos: Gênese dos Direitos Humanos. v 1. São Paulo: Acadêmica, 1994.

LAFER, C. Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo como pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEAL, Rogério Gesta. Direitos Humanos no Brasil: desafios à democracia. Porto Alegre: Do Advogado; 1997.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2009.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2020.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direitos Humanos e conflitos armados. Rio de Janeiro: Renovar; 1997.

ONU. Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O racismo na História do Brasil: mito e realidade. São Paulo: Ática, 1998.

PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 15. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva, 2014.

ROTHENBURG, Walter Claudius. Direitos fundamentais e suas características. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política 29/55. São Paulo: RT, out./dez. 1999.

SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil. 2ª ed. Brasília Unb, 2000.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Temas Geopolíticos com Foco na Segurança Pública
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>GEOPOLÍTICA E A ORDEM MUNDIAL MONOPOLAR. A GEOPOLÍTICA PÓS-GUERRA FRIA: GLOBALIZAÇÃO E A NOVA ORDEM MUNDIAL MULTIPOLAR. GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA DOS PAÍSES EMERGENTES NO PLANO INTERNACIONAL. BRASIL E A GEOPOLÍTICA DO MERCOSUL. GEOPOLÍTICA CRIMINAL E AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL NAS FRONTEIRAS E DIVISAS DO ESTADO BRASILEIRO.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL: Compreender os principais aspectos teórico-conjunturais da geopolítica mundial contemporânea, sobretudo no contexto político, econômico e territorial, buscando entender os impactos dessas questões para o Estado brasileiro, tanto no âmbito interno, quanto no plano internacional, inclusive, no tocante a geopolítica criminal transnacional, assimilando a importância do fortalecimento das relações internacionais por meio da integração de blocos econômicos formados por países emergentes.</p> <p>ESPECÍFICOS: Conhecer as relações políticas, econômicas e territoriais estabelecidas entre os diferentes Estados do mundo, assimilando como determinados fenômenos ocorridos em um dado espaço geográfico podem gerar impactos de dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais; Entender os fundamentos históricos e teórico-conceituais da divisão geográfica mundial, por meio da formação dos territórios e das fronteiras, bem como da organização política internacional e da autodeterminação dos povos; Assimilar os principais assuntos inerentes à geopolítica, como: Guerra Fria; bipolaridade; disputas territoriais; poder econômico; poder político; poder bélico; países aliados e adversários no plano internacional; desenvolvimento tecnológico; questões separatistas; conflitos diplomáticos; crises internacionais; controle dos recursos naturais.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I - GEOPOLÍTICA E A ORDEM MUNDIAL MONOPOLAR</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Geopolítica: origem; processo histórico; conceitos e fundamentos; 2. Geografia política e as principais teorias geopolíticas; 3. A tensão geopolítica pós-Primeira Guerra: a Conferência de Paris e o Tratado de Versalhes; 4. A disputa entre as potências europeias, o imperialismo e o tabuleiro geopolítico; 5. Geoestratégia dos EUA e a teoria do "Rimland": implicações para o hemisfério ocidental e para a Eurásia; 6. Ordem mundial monopolar e a política armamentista; 7. Guerra Fria, bipolaridade, globalização, disputas territoriais, economia mundial, influência política, aliados e adversários no plano internacional, desenvolvimento tecnológico, questões separatistas e conflitos diplomáticos, guerras e processos de paz; 8. A geopolítica da Guerra Fria: o confronto EUA x URSS. <p>UNIDADE II - A GEOPOLÍTICA PÓS-GUERRA FRIA: GLOBALIZAÇÃO E A NOVA ORDEM MUNDIAL MULTIPOLAR</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O desmonte da URSS e do bloco socialista: o vácuo de poder e as disputas geopolíticas no pós-Guerra Fria; 2. A geopolítica na França na década de 1970: novos significados dos territórios e fronteiras; 3. Geopolítica no pós-Guerra Fria: a globalização e o despontar de novos centros de poder no plano internacional; 4. Ordem mundial multipolar: a nova ordem internacional pós-Guerra Fria; 5. Centros de poder do século XXI e suas influências no campo político, econômico e militar; 6. As três grandes potências mundiais baseadas no poderio econômico e tecnológico: Estados Unidos da América; Japão e a União Européia, com destaque para a Alemanha; 7. Geopolítica da energia e relações internacionais: EUA; Europa-Rússia; Ásia Central; Oriente Médio; América Latina e África; 8. A crise econômica mundial sob a perspectiva da geopolítica. 	

UNIDADE III - GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA DOS PAÍSES EMERGENTES NO

PLANO INTERNACIONAL

1. A criação de blocos econômicos e a cooperação internacional entre países de economias emergentes;
2. Geopolítica dos BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul;
3. O processo de criação do banco BRINCS e as articulações para a intensificação da concorrência internacional direta contra as instituições financeiras *Bretton Woods* (FMI e Banco Mundial);
4. A expansão do banco BRINCS e a ideia da concessão de empréstimos a países “subdesenvolvidos”/“em desenvolvimento”, a juros baixos e sem as contrapartidas, vinculada a privatizações e medidas de austeridade econômica;
5. Análise panorâmica dos interesses políticos e econômicos dos BRICS: importação e exportação de matérias primas, recursos minerais e agrícolas, produtos industriais e tecnológicos, etc; postura política no plano internacional;
6. Limites políticos territoriais: novos significados das fronteiras;
7. Unipolaridade, multipolaridade, instituições e sociedade internacional.

UNIDADE IV - BRASIL E A GEOPOLÍTICA DO MERCOSUL

1. Mercado Comum do Sul (Mercosul): aspectos teórico-conceituais; origem; desenvolvimento

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANDEIRA, L.A. Moniz. Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Funag, 2018.

BORGES, Paulo César Corrêa. O crime organizado. São Paulo: Unesp, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm. Acesso em: 03

nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 03 nov. 2021.

BRETAS, Marcos Luiz. A formação da polícia moderna. In: Direitos Humanos e Segurança Pública: Algumas premissas e abordagens. Jornadas formativas de direitos humanos. Brasília: Senasp, 2010

COSTA, Darc. Fundamentos para o estudo da estratégia nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FIORI, J. L. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo, 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Geopolítica: poder e território. FOLMER, Ivania; MEURER, Ane Carine; ARAÚJO, Gilvan C. C.; SUZUKI, Júlio César Suzuki (Org.). São Paulo: FFLCH, 2021.

Disponível em:

<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/610/542/2055?inline=1>.

Acesso em: 05 nov. 2021.

FREITAS, Jorge Manoel. A escola geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Blixiex, 2000.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

KEENEY, R. L.; RAIFFA, H. Decision making with multiple objectives: preferences and value tradeoffs. New York: Ed. Wiley, 1976.

LACERDA, R. C. ROCHA, L. F. Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de controle do biopoder segundo Michel Foucault. Kínesis, vol. X, nº 22, Julho 2018, pp.148-163.

LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papyrus, 2010.

MACHADO, Lia Osório. Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia. In: RIBEIRO, M. M.; SEIBEL, S. (Org.). Drogas: hegemonia do cinismo. São Paulo: Memorial, 1997.

MELLO, Leonel I. A. Quem tem medo da Geopolítica? São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. São Paulo: Zahar, 2006.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). The globalization of crime: a transnational organized crime threat assessment. E. 10. IV .6. New York: United Nations publication, 2010. ISBN: 978-92-1-130295-0. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, F. S. de; ALMEIDA, F. N. de. Organização criminosa transnacional: respondendo ao risco com Inteligência. Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília, Brasil, v. 13, n. 8, p. 333–358, 2022. DOI: 10.31412/rbcp.v13i8.939. Disponível em:

<https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/939>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FREIRE, C. M. C. de B. P., *et al.* A efetividade da tutela jurídico-penal supranacional face a criminalidade econômica de caráter transnacional. In: Encontros Científicos 2015 - XV Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da Unifor, 2015, Fortaleza. Anais dos Encontros Científicos 2015. Fortaleza: Unifor, 2015. p. 1-6.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SOUZA, Maria Adélia de. Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Ed. Territorial, 2003.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of homeland security (DHS). Risk management fundamentals: homeland security risk management doctrine. Washington: U.S. Government Department of Homeland Security, 2011.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Gestão de Orçamentos e Finanças Públicas
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>A ORIGEM DO ESTADO, FUNÇÕES DE GOVERNO E TRIBUTAÇÃO; FINANÇAS PÚBLICAS: FUNÇÕES DO GOVERNO; GESTÃO PARA RESULTADOS: CONCEITOS E O MODELO DO ESTADO DO CEARÁ; ORÇAMENTO PÚBLICO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, FINALIDADES, INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (PLANO PLURIANUAL – PPA, LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA; RECEITA PÚBLICA; DESPESA E RECEITA PÚBLICA; ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA; EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL: COMPREENDER A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.</p>	
<p>ESPECÍFICOS: Compreender o processo de planejamento, elaboração e execução do orçamento público; Identificar as fases do ciclo orçamentário; Conhecer os instrumentos de planejamento; Compreender as etapas da execução da Receita Orçamentária; Compreender as etapas da execução da Despesa Orçamentária; Compreender o processo de elaboração da proposta Orçamentária;</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>1ª UNIDADE A Origem do Estado, Funções de Governo e Tributação; Finanças Públicas: Funções do Governo; Tributos e Carga Fiscal: Conceitos e contextualização;</p> <p>2ª UNIDADE Gestão para Resultados; Planejamento; Planejamento Estratégico; Agenda Estratégica Setorial;</p> <p>3ª UNIDADE Plano Pluri Anual – contextualização e metodologia para construção; - PPA 2020 - 2023; Planejamento PPA 2024 – 2027;</p> <p>4ª UNIDADE Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual;</p> <p>5ª UNIDADE Receita Pública – conceitos e classificações; Despesa Pública – conceitos e classificações;</p>	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
<p>Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, <i>vídeos</i>, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.</p>	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão : planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

Manual técnico de orçamento. Seplag. Ceará, 2022.(Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/manual-tecnico-do-orcamento-2022/> MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 4. Ed., 2012

CEARÁ. Lei n. 17.160, de 27 de dez. de 2019. Plano Pluri Anual para o período 2020 – 2023.

CEARÁ. Lei n. 17.776, de 23 de nov. de 2021. Revisão do Plano Pluri Anual para o período 2020 – 2023. CEARÁ. Lei n. 18.275 de 22 de dez. de 2022. Lei Orçamentária Anual.

Metodologia de Elaboração do PPA 2024 - 2027

Manual Técnico Orçamentário – MTO 2024

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Planejamento Estratégico e Tomada de Decisão em Segurança Pública
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>Aspectos gerais e conceituais sobre o Planejamento Estratégico. Os tipos de planejamento. O processo de Planejamento Estratégico voltado para a segurança pública. Principais instrumentos utilizados no Planejamento Estratégico. A formulação da estratégia em segurança pública. Implementação da Estratégia por meio da execução do Plano Estratégico. Controle e Avaliação do Plano Estratégico com estudo dos indicadores de desempenho. O processo de tomada de decisão na segurança pública.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL: Compreender a importância do Planejamento Estratégico e o processo de tomada de decisão como instrumento de eficiente administrativa para o alcance de objetivos e metas nas instituições de Segurança Pública.</p> <p>ESPECÍFICOS: Promover a compreensão sobre o processo de planejamento estratégico e sua importância para a segurança pública do Estado e suas instituições vinculadas. Apresentar ferramentas para desenvolver, implementar e gerenciar estratégias na área da segurança pública. Elaborar um Plano Estratégico de acordo com as diretrizes da Segurança Pública nacional e estadual para implantação em uma organização objetivando uma maior eficácia, eficiência e efetividade nas suas ações (maximizar os resultados e minimizar as deficiências). Entender o processo de tomada de decisão no âmbito da segurança pública no Estado do Ceará.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>1ª UNIDADE – Entendendo o Planejamento Estratégico</p> <p>1.1 Conceito de Planejamento Estratégico; 1.2 Origem do Termo “Estratégia”; 1.3 Um pouco de história; 1.4 Importância do Planejamento Estratégico; 1.5 Questões fundamentais; 1.6 Princípios do Planejamento Estratégico; 1.7 Tipos de Planejamento; 1.8 O Planejamento Estratégico faz parte do Processo Administrativo; 1.9 O Planejamento Estratégico é um processo; 1.10 Partes interessadas - “Stakeholders”</p> <p>2ª UNIDADE – O Processo de Planejamento Estratégico na Segurança Pública</p> <p>2.1 Entendendo o Processo de Planejamento Estratégico; 2.2 Identidade organizacional; - Definição de valores; - Definição do “negócio” da organização; - Definição da missão; - Definição da visão; 2.3 Análise do Ambiente Organizacional - Técnica de estudo de cenários (Matriz SWOT); - Análises situacionais. 2.4 Formulação de Estratégias (Balanced Scorecard – BSC) - Definição de Eixos, Temas e Objetivos Estratégicos; - Definindo projetos estratégicos; - Definindo indicadores estratégicos; - Criando o Mapa Estratégico. 2.5 Implementar as estratégias (programas, projetos, ações); 2.6 Controle e avaliação do Plano Estratégico (avaliação de desempenho, estudo dos indicadores);</p>	

2.7 Reavaliação do Plano Estratégico;
2.8 Riscos do Plano Estratégico;
2.9 Planejamento Estratégico nas Instituições de Segurança Pública - peculiaridades;
2.10 Plano Estratégico em Segurança Pública – um modelo.
3ª UNIDADE – O Processo de Tomada de Decisão em Segurança Pública
3.1 Conceito
3.2 Etapas do processo de tomada de decisão;
3.3 Tomada de decisão nos níveis hierárquicos das instituições;
3.4 Certeza, risco e incerteza;
3.5 Instrumento para a tomada de decisão (técnicas para desenvolver alternativas);
3.6. As dimensões das decisões no setor público.
3.7. A tomada de decisão na segurança pública.
4ª UNIDADE
- Elaboração e apresentação de um Plano Estratégico de acordo com as diretrizes da Segurança Pública nacional e estadual para implantação em uma instituição vinculada à Segurança da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAZERMAN, Max. Processo Decisório. Tradução de Daniel Vieira. 8. ed. Rios de Janeiro, 2014. Disponível em: Max Bazerman-processo Decisório.pdf [k0pvpo86d101] (doku.pub). Acesso em 14 de Abril de 2021.
BRASIL, Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília. 2019.
CARDOSO, Regina Luna Santos. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público: técnicas e ferramentas. São Paulo. FPFL-Cepam, 1999.
CEARÁ. Governo do Estado. Plano Plurianual – 2020-2023.
_____. Governo do Estado. Lei Orçamentária Anual – 2021.
CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
CHIAVENATO, Idalberto & SAPIRO, Adão. Planejamento Estratégico – Fundamentos e Implantação Estratégica. 1ª Edição. São Paulo-SP: Campus, 2004.
FERRAZ, Eduardo. Gente de Resultados: manual prático para formar e liderar equips enxutas de alta performance. – São

Paulo: Planeta dp Brasil, 2018.

FRANCIA, Gianluca. As sete etapas do processo de tomada de decisão. Disponível em: <https://br.psicologia-online.com/as-7-etapas-do-processo-de-tomada-de-decisao-598.html>. Acesso em 23/03/2021.

LEITE, Elias Bezerra. Líder de Resultado. - São Paulo: Editora Gente, 2019.

MARCIAL, Elaine Coutinho e Raul José dos Santos Grumbach. Cenários Prospectivos. Como construir um futuro melhor. 2ª Ed. Rio de Janeiro. FGV, 2004.

MATHIAS, Lucas. Descubra as 5 etapas do processo de tomada de decisão. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/etapas-processo-tomada-decisao/>. Acesso em 23/03/2021.

KAPLAN, Robert S & NORTON, David P. A Estratégia em Ação – Balanced Score Card. São Paulo-SP: Campus. 1997.

KARDEC. A.; FLORES, J. Gestão estratégica e indicadores de desempenho. Qualitymark, 2002.

KELLY, Keith. Técnicas para a tomada de decisão em equipe. São Paulo: Futura. 2000.

KIM, W.C.; MAUBORGNE, R. A estratégia do oceano azul. 13 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – Secretaria de Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. Instrumento de avaliação da gestão pública – ciclo 2008-2009.

MINTZBERG, Henry. Safari de Estratégias. 2ª Ed. ARTMED. Porto Alegre.

MORITZ, Gilberto de Oliveira. Processo Decisório. 2. Ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. 2012

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Carlos Alberto Borges. Resolução de Problemas e Tomada de Decisão na Segurança Pública. Disponível em: <https://velhogeneral2018.files.wordpress.com/2020/12/resolucao-de-problemas-e-tomada-de-decisao-na-seguranca-publica.pdf>. Acesso em 23/03/2021.

PORTER, Michael E. (1989) "A Vantagem Competitiva das nações", Campus, Rio Janeiro, Campus, 1989.

PORTER, Michael E. Estratégia Competitiva. Rio Janeiro, Campus, 1991.

RENNÓ, Rodrigo. Processo Decisório. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aMvX3vXQZbE>. Acesso em 26/03/2002.

SCHWARTZ, Peter. Cenários: as surpresas inevitáveis. Tradução Maria Batista. Rio de Janeiro. Campus, 2003.

TROSA, Sylvie. Gestão Pública por Resultado: quando o Estado se compromete; tradução: Maria Luíza de Carvalho. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001.

TZU, Sun. A Arte da Guerra. Adapatação e prefácio de James Clavell; tradução de José Sanz – 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Comunicação Social e Liderança Estratégica
Carga horária	16h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>DESVENDANDO A COMUNICAÇÃO: ESTUDO SOBRE OS ASPECTOS ETIMOLÓGICOS; TEÓRICO- CONCEITUAIS; HISTÓRICOS; METODOLÓGICOS E PRÁTICOS. COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM COMUNICACIONAL: CARACTERÍSTICAS; RELAÇÃO; TIPOLOGIA; CLASSIFICAÇÃO E FLUXOS. ACESSÓRIAS DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM INSTITUCIONAL. DIFERENÇA ENTRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA E GOVERNAMENTAL. TIPOS DE COMUNICAÇÃO. TREINAMENTO DE MÍDIA. VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS REDES SOCIAIS.</p> <p>LIDERANÇA ESTRATÉGICA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: FATORES PARA O SUCESSO OU O INSUCESSO DA PERFORMANCE DE LIDERANÇA. LIDERANÇA ESTRATÉGICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL: Compreender o papel histórico da comunicação social na vida em sociedade, analisando os tipos e as novas formas do ato de comunicar, tanto por meios analógicos quanto nos novos formatos digitais, ressaltando o papel da comunicação social na liderança estratégica. E a interseção entre ambas nas instituições de segurança pública.</p> <p>ESPECÍFICOS: - Compreender os elementos que compõem a comunicação; - Estudar as formas e fluxos de comunicação - Fomentar nos alunos a importância do ato de comunicar - Apresentar a relevância da comunicação verbal e não verbal na divulgação de informações Exemplificar a necessidade de uma comunicação eficaz e eficiente na liderança e na apresentação de ações Apresentar formas de liderança e sua importância nas instituições da segurança pública</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I - DESVENDANDO A COMUNICAÇÃO: ESTUDO SOBRE OS ASPECTOS ETIMOLÓGICOS, TEÓRICO-CONCEITUAIS HISTÓRICOS METODOLÓGICOS E PRÁTICOS; COMUNICAÇÃO VERBAL E NÃO VERBAL; FLUXOS DE COMUNICAÇÃO</p> <p>1. Breve história da comunicação social: a) Etimologia da palavra b) De Gutemberg a Zuckeberg: cronologia da comunicação c) Comunicação de massa (mass media); importância, características e detalhes d) Funções da comunicação</p> <p>2. Elementos da comunicação, signos e significados a) Emissor ou locutor; b) Receptor ou interlocutor c) Mensagem; d) Referente e) Meio ou canal de comunicação; f) Código – codificação e decodificação g) Diagrama de Shennone Weaver</p> <p>3. Comunicação verbal e não verbal</p> <p>4. Fluxos de comunicação a) ascendente b) descendente c) horizontal d) transversal e) circular</p> <p>5. O meio é a mensagem a) Importância da escolha do melhor canal de comunicação b) De olho no feedback – comunicar não é só falar, mas observar c) Ruídos de comunicação técnicos, de códigos e de público</p>	

UNIDADE II – RELEVÂNCIA DA ASSESSORIA E RELAÇÕES PÚBLICAS; RELAÇÃO COM VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO; RELAÇÃO COM O PÚBLICO DIRETO; COMUNICAÇÃO PÚBLICA E GOVERNAMENTAL

1. Relevância da assessoria de comunicação e das relações públicas
 - a) Estrutura organizacional – escolha dos profissionais
 - b) Relações com veículos de comunicação – assessoria de imprensa
 - c) Gerenciamento de crise, quem fala, sobre o que fala, quando fala
2. Relação com veículos de comunicação
 - a) O que divulgar
 - b) O que não divulgar
 - c) Modos de divulgar
3. Comunicação pública
 - a) Relações com o público – redes sociais
 - b) Importância da imagem junto à população
4. Comunicação governamental
 - a) Governo como fonte de informação
 - b) Relevância do poder público na sociedade

UNIDADE III - MEUS QUINZE MINUTOS DE FAMA: IMPORTÂNCIA DE CONHECER O TEMA; TIPOS DE FONTES; TREINAMENTO BÁSICO DE MEDIA TRAINING

1. Meus quinze minutos de fama – Andy Warhol estava certo
 - a) Era da exposição - vantagens
 - b) Era da exposição – desvantagens
2. Tipos de Fontes (Schimitz, 2011)
3. Treinamento básico de media training
 - a) postura na entrevista
 - b) identificação de ruídos
 - c) importância da preparação

UNIDADE IV – LIDERANÇA ESTRATÉGICA E SEGURANÇA PÚBLICA; CULTURA ORGANIZACIONAL; COMUNICAÇÃO E LIDERANÇA

1. Liderança estratégica: breve histórico
2. Liderança estratégica dentro do serviço público
3. Clima e Cultura organizacional
 - a) Engajamento e participação ;
 - b) Apr en diza do c ons ta nte
 - c) Foc o em re su ltad os
 - d) Ética e responsabilidade social
- e) QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

UNIDADE V – INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

1. Saber ouvir e saber falar
 - a) Desenvolvimento de uma escuta ativa
 - b) Criação de um canal de comunicação na liderança
2. Quociente de Inteligência (QI) e Quociente Emocional (QE)
 - a) Relação entre quocientes
 - b) Aperfeiçoando o Quociente Emocional observando reações; lidando com emoções negativas; controlando a ansiedade; análise dos sentimentos (rapidez vs identificação das ações); controle do emocional (diferença entre responder e reagir); empatia (colocar-se no lugar do outro); conheça seus limites.
3. Qualidades de um líder estratégico
 - a) Competência Conceitual
 - b) Competência Técnica
 - c) Competência Interpessoal

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Alexandre França de. Uso de mídias sociais na organização governamental. Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2022.
BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre. Sulina 190 p., 2013.
BRUNS, Axel. Media Innovations, user innovations, societal innovations. The Journal of Media Innovations, 1st ed., inaugural issue, 2014. Disponível em: <https://eprints.qut.edu.au/69581/1/827-3739-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2020
CANAVILHAS, João et al. Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas. In: Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença, Canavilhas, J. (Org). Universidade da Beira Interior, 2014, p. 3-24 E-book, DOI: 10.13140/2.1.4969.6328. Acesso em 19 set. 2022.
CARDOSO, José Carlos. O Líder Estratégico: sua importância e competências na era do conhecimento Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Orientador: Gen Bda José Eustáquio Nogueira Guimarães. - Rio de Janeiro: RJ, 2014.
CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 6 edição. Editora Paz e Terra, 2002
DATA REPORTAL. Digital 2022 Brazil. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil>. Acesso em 20 de julho de 2022.
FAGUNDES, Jairo Badaraco. O papel da Liderança Estratégica no cenário político atual. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020. F.34.
FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A tecnologia móvel como plataforma de inovação no jornalismo de cidades. Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Casper Líbero. Ano 21 n.º 41. Jan/Jun 2018. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/952>. Acesso em 14 março 2021
FRANKLIN, Bob. The Future of Journalism. Journalism Studies: 2014.
GIRARDI, Crislene; LIMA, Marcus Antônio. A notícia que temos (não) é a notícia que queremos: o jornalismo policial informa o quê? Fólio: Revista de Letras. 9 edição n.º 2., 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/2807/2380>. Acesso em 15 de maio de 2022
GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. ISBN 978-85-390-0191-0 [recurso eletrônico]. Disponível em: https://saogoncalosp.com.br/arquivos_site/estantevirtual/inteligencia-emocional-daniel-goleman3.pdf. Acesso em: 04 junho 2023.
Gonçalves, Rogério de Amorim. Liderança estratégica presente na trajetória de oficiais do Exército Brasileiro* Revista de

Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, vol. 16, núm. 2, 2021, Julho-Dezembro, pp. 177-190 Universidad Militar Nueva Granada. Disponível em :<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92770298012> Acesso em 04 de junho de 2023

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo, Editora Aleph: 2009

MORAIS, Andréa. A relação entre jornalistas e fontes na cobertura policial de rádio. 2017, 272f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2461>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2023

MORALES, Luciana Pinho. Nas redes do "telejornalismo policial" cearense : uma análise etnográfica do fazer jornalístico. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Fortaleza. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/56942>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2022

PAVLIK, John. Ubiquidade: o 7º princípio do jornalismo na era digital In: Canavilhas, João. (Ed.) Webjornalismo: da 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Labcom, 2014.

Ciberjornalismo: muito mais do que notícias no formato digital. Esferas, [S.l.], n. 17, p. 18-26, junho 2020. ISSN 2446-6190. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/11708/7362>. Acesso em: 10 nov. 2021

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

Introdução à análise de redes sociais online. EDUFBA, Salvador, 2017.

RENNÓ, Rodrigo. Gestão de pessoas para o TRT-2. Teoria e exercícios comentados. 2017

RODRIGUES, José Pires Antunes. Liderança estratégica e pensamento estratégico. Competências nucleares. Instituto de Estudos Superiores Militares. Curso de Promoção a Oficial General. Pedrouços, Portugal, 2014

SCHMITZ, Aldo Antônio. Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. Companhia das Letras, 2003.

TECHTUDO. Relembre a evolução e as mudanças das redes sociais na última década. Disponível em:<https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/12/relembre-a-evolucao-e-as-mudancas-das-redes-sociais-na-ultima-decada.ghtml>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

TECNOBLOG. WhatsApp ativa novo limite no app para mensagens encaminhadas. Disponível em: [encurtador.com.br/diDQ9](https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/12/relembre-a-evolucao-e-as-mudancas-das-redes-sociais-na-ultima-decada.ghtml). Acesso em 21 de jan. 2022.

TEIXEIRA, Luís Henrique Vighi. Liderança Estratégica Militar: análise de conceitos e perfil de competências no mais alto nível de liderança do Exército Brasileiro. Tese produzida como pré- requisito para o Doutorado em Ciências Militares, enquadrado pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro – RJ. 2022

THOMPSON, J. B. Mídia e Modernidade: uma Teoria Social da Mídia. Tradução de Oliver Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 5 edição, 1998.

UNESCO. Journalism, 'Fake News' & Disinformation: Handbook for Journalism Education and Training. Publicado em 2018

UNESCO. IRETON, Cherilyn e POSETTI, Julie. ISBN: 978-85-7652-240-9. 129 páginas. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647.locale=en> Acesso em 05 de março de 2021

VERNER, Afonso; XAVIER, Cíntia. Entre o interesse público e o interesse da audiência: um estudo do portal a Rede. Pauta Geral: estudos em Jornalismo, 8(2), 1-33, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/19573>. Acesso em: 15 de outubro de 2021

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Gestão de Projetos e de Processos
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>GERENCIAMENTO DE PROJETOS</p> <p>O gerenciamento de projetos envolve planejar o trabalho e trabalhar no planejamento. Significa planejar, organizar, coordenar, liderar e controlar recursos para concretizar o objetivo do projeto. A atividade de gerenciamento de projetos envolve duas funções principais: primeiro estabelecer o plano e então executá-lo para concretizar o objetivo do projeto. No planejamento do gerenciamento de projetos observamos as seguintes etapas: estabelecer o objetivo do projeto, definir o escopo, criar uma estrutura analítica de projeto, atribuir responsabilidade, definir atividades específicas, estimar recursos de atividade, estimar duração da atividade, desenvolver uma programação de projeto, estimar custos e determinar o orçamento. No que diz respeito a realização, é necessário monitorar e controlar o progresso e controlar as mudanças. Completar todo o escopo do projeto de forma qualitativa, no prazo e dentro do orçamento é a finalidade do gerenciamento de projetos.</p> <p>GERENCIAMENTO DE PROCESSOS</p> <p>O Gerenciamento de Processos é um compromisso com um processo de melhoria contínua e incessante, que promove o aperfeiçoamento da instituição, trabalhando no aprimoramento das atividades que agregam valor ao produto/serviço. Para tanto utiliza as melhores práticas de gestão, tais como: mapeamento de processos, modelagem, definição de nível de maturidade, documentação, plano de comunicação, automação, monitoramento mediante indicadores de desempenho e ciclo de melhoria e transformação contínua. Os objetivos do Gerenciamento de Processos são metas mensuráveis para assegurar que os resultados atinjam ou excedam as exigências estipuladas. Neste sentido, a gerência de processos trabalha para que os processos sejam eficientes e compatíveis com a finalidade a que se destinam. Os benefícios provenientes da melhoria do processo não são apenas a melhor qualidade, mas também maior produtividade, portanto o gerenciamento de processos deve estar incorporado em todos os aspectos do planejamento e desenvolvimento da atividade.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL:</p> <p>Capacitação técnica para o gerenciamento de projetos, com o uso de técnicas modernas e eficientes e aplicadas à situações práticas do governo do Estado do Ceará;</p> <p>Possibilitar a padronização dos processos de maneira integrada, buscando atingir níveis de maturidade mais elevados que, como consequência, aumentem a eficiência dos processos organizacionais.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <p>Propiciar os conhecimentos teóricos e práticos sobre os conceitos e metodologias de projetos;</p> <p>Estimular os participantes para que assumam atitudes positivas com relação ao gerenciamento de projetos;</p> <p>Explicar o que é gestão por processo com vistas a incorporá-los às práticas da instituição;</p> <p>Selecionar e aplicar técnicas de mapeamento de processos</p> <p>Discutir as principais metodologias e técnicas para gestão dos processos de negócios;</p> <p>Utilizar ferramentas para melhoria dos processos e aumento da vantagem competitiva.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I – GESTÃO POR PROCESSOS – ARQUITETURA DE PROCESSOS</p> <p>Alinhamento conceitual</p> <p>Metodologia de gestão por processos</p> <p>Cadeia de valor</p> <p>Desdobramento da cadeia de valor</p> <p>Priorização do macroprocesso</p> <p>UNIDADE II – GESTÃO POR PROCESSOS – GESTÃO DA ROTINA</p> <p>Alinhamento conceitual</p> <p>Padronização</p> <p>Execução do processo</p> <p>Monitoramento do processo</p>	

Refinamento e ajustes no processos
UNIDADE III – GESTÃO DE PROJETOS
Alinhamento Conceitual
Planejamento de projeto
Gestão de projeto no serviço público

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABPMP – Associação de Profissionais de Gerenciamento de Processos de Negócio. Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio – Corpo Comum de Conhecimento (BPM CBOK). Versão 3.0. 2013.
BAKER, Stephen; Cole, Rob. Gestão de Projetos: o que os melhores gestores sabem, fazem e falam. Tradução de Rosemarie Ziegelmaier. São Paulo: HSM do Brasil, 2014. 168 p.
BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão/MP. Orçamento e Gestão. 1ª Edição, Brasília, 2012.
BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão/MP. Guia Referencial Para Medição de Desempenho e Manual Para Construção de Indicadores. Brasília, 2009.
CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag). Apostila de Arquitetura de Processos. Fortaleza, 2020.
CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag). Apostila de Gestão da Rotina de Processos. Fortaleza, 2020.
CLELAND, David I.; IRELAND, Lewis R. Gerenciamento de Projetos. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 372 p.
GIDO, Jack; CLEMENTS, Jim; BACKER, Rose. Gestão de projetos. Tradução de Solange A. Visconde. São Paulo: Cengage, 2018. 472 p.
KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 822 p.
KERZNER, Harold. Gerenciamento de projetos: uma abordagem sistêmica para planejamento, Programação e Controle. Tradução de João Gama Neto e Joyce I. Prado. São Paulo: Blucher, 2015. 782 p.
MARTINS, Humberto Falcão; Marini, Caio. Um guia de governança para resultados na administração pública. Publix Editora, 2010.
Menezes, Luís César de Moura. Gestão de Projetos. São Paulo: Atlas, 2003. 228 p.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Gestão para Resultados na Esfera da Segurança Pública
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
ASPECTOS GERAIS DA GESTÃO PÚBLICA: CONTORNOS HISTÓRICOS; FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS; PRINCÍPIOS; MODELOS E POLÍTICAS. TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA PARA A ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO; GESTÃO PARA RESULTADOS NA ESFERA DA SEGURANÇA PÚBLICA.	
OBJETIVOS	
<p>GERAL:</p> <p>Compreender os fundamentos teórico-conceituais, principiológicos, legais e práticos do modelo de gestão pública para resultados com foco no sistema de segurança pública.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os princípios, diretrizes e as dimensões do novo modelo de gestão pública com foco em resultados; - Entender o funcionamento do ciclo da gestão estratégica no serviço público; - Assimilar o modelo de Gestão para Resultados (GpR) do Poder Executivo do estado do Ceará; - Saber utilizar as técnicas e procedimentos para a elaboração e análise de indicadores associados objetivos da Política de Segurança Pública e aos resultados estratégicos da gestão. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I - ASPECTOS GERAIS DA GESTÃO PÚBLICA: CONTORNOS HISTÓRICOS; FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS; PRINCÍPIOS; MODELOS E POLÍTICAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aspectos gerais da gestão pública: evolução histórica; conceitos; teorias; princípios e modelos; 2. A gestão pública no contexto internacional, nacional e estadual; 3. Governança por resultados na administração pública: políticas nacional e local do modelo de Gestão para Resultados (GpR); 4. Normatização e principais diretrizes da GpR no âmbito do Poder Executivo do estado do Ceará: foco na Lei estadual nº 16.710/2018 e no Decreto estadual nº 32.216/2017; 5. Acordo de resultados e gestão de projetos de investimento público do Governo do estado do Ceará. <p>UNIDADE II - TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA PARA A ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; 2. Políticas públicas baseadas em evidências; 3. Planejamento estratégico e outros instrumentos de planejamento público; 4. Ciclo estratégico da gestão pública; cadeia de valor para resultados; indicadores e metas; 5. Monitoramento e avaliação. <p>UNIDADE III - GESTÃO PARA RESULTADOS NA ESFERA DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A segurança pública no Brasil e no Ceará: Política Nacional de Segurança Pública (PNSPDS); Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP); Sistema Único de Segurança Pública (Susp); 2. Gestão para Resultados no âmbito da segurança pública; 3. Diretrizes e normativos aplicáveis à gestão para resultados na segurança pública do Ceará; 4. Indicadores, metas, métricas de desempenho e avaliação de resultados; 5. Experiências exitosas da aplicação dos novos paradigmas de gestão com foco em resultados. 	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
<p>Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, <i>vídeos</i>, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais;</p> <p>Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);</p>	

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANCO MUNDIAL. Brasil: estratégias de redução da pobreza no Ceará. O desafio da modernização incluyente. Brasília: Banco Mundial, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9489.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10822.htm#art11. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994. Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp79.htmcompilado.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20C%2BA%2079%2C%20DE%2007%20DE%20JANEIRO%20DE%201994&text=Cria%20o%20Fundo%20Penitenci%C3%A1rio%20Nacional%20D%20FUNPEN%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%20%C3%A1ncias.&text=IX%20D%20rendimentos%20de%20qualquer%20natureza,lhe%20forem%20destinados%20por%20lei. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021. Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp178.htm. Acesso em: 02 jan.

2022.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar Nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei Nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Indicadores de programas: guia metodológico. Brasília: Ministério do Planejamento, 2010.

CEARÁ. [Constituição Estadual (1989)]. Constituição do Estado do Ceará, 1989: [livro eletrônico]: Atualizada até a Emenda Constitucional nº 117 de 09.11.2022. Fortaleza: Inesp, 2022. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70432>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CEARÁ (Estado). Decreto nº 32.216, de 08 de maio de 2017. Regulamenta o modelo de gestão para resultados do Poder Executivo do estado do Ceará, institui a gestão de projetos de investimento público do Governo do estado do Ceará, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, de 10 de maio de 2017, nº 87, p. 01-06. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2017/08/Decreto_N_32.216_de_08.05.17.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

CEARÁ (Estado). Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da administração estadual. Ceará: Assembléia Legislativa (Alece), [2018]. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/orcamento-financas-e-tributacao/item/6514-lei-n-16-710-de-21-12-18-republicado-no-d-o-de-27-12-18>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coords.). Atlas da violência 2020. Brasília: Ipea/FBSP, 2020.

Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

GARCES, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 53, n. 4, p. p. 53-77, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v53i4.294. Disponível em:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/294>. Acesso em: 30 ago. 2021.

JANNUZZI, Paulo de M. A importância dos indicadores na elaboração de diagnósticos para o planejamento no setor público. Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas à Segurança Pública, 2011.

MACIEL, Everton Cabral; et. al. Iniciativas inovadoras para o fortalecimento do modelo de Gestão para Resultados. In: Governo do Estado do Ceará. Secretaria do Planejamento e Gestão. Serviço Público no estado do Ceará: práticas e reflexões. Volume 2. Fortaleza: Print Soluções Gráficas, 2022.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. Um guia de governança para resultados na administração pública. Publix Editora, 2010.

PINHEIRO, Maurício M. S. Políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHELAINÉ, C. H. de O.; SILVEIRA, M. C. da; NEVES, C. B. O modelo de gestão pública por resultados em Minas Gerais analisado à luz da experiência do Programa Estado para Resultados. Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 63, n. 4, p. p. 455-473, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v63i4.107. Disponível em:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/107>. Acesso em: 30 abr. 2022.

GOMES, D. W. R.; FROTA, F. H. da S. Gestão pública por resultados: uma análise crítica da experiência do projeto de reestruturação da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. Conhecer: debate entre o público e o privado, [S. l.], v. 5, n. 15, p. 107-130, 2015. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1005>. Acesso em: 30 abr. 2022.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SHIKIDA, Cláudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando. Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas e soluções. Brasília: Enap, 2021.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Sistemas de Ciências, Tecnologia e Inovação Aplicados à Segurança Pública
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Conceitos fundamentais da ciência, das evidências científicas e uso de ferramentas tecnológicas aplicadas à Segurança Pública.	
OBJETIVOS	
<p>GERAL:</p> <p>- Compreender os diversos aspectos teórico-conceituais da análise criminal e os fundamentos científicos. Interpretar aspectos básicos da segurança pública através da evidência científica-tecnológica para formulação de políticas e estratégias no âmbito da segurança pública.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <p>Conhecer os conceitos de análise criminal; Compreender a relação entre teorias criminais versus evidência científica; Conhecer aspectos da tecnologia e suas aplicações na segurança pública; Compreender e realizar a leitura científica dos fatos.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I Ciência, tecnologia e inovação no contexto da segurança pública; Evidência científica na segurança; O conceito de aprendizado tecnológico; Principais sistemas e softwares auxiliares da análise criminal.</p> <p>UNIDADE II Introdução das teorias de segurança pública versus evidência científica; Formas de expressão e modelos de análise criminal; Dados criminais: exemplos, coleta, tratamento; Transformação de dados em informações.</p> <p>UNIDADE III Uso de softwares na produção de estatísticas; Conceito de dados espaciais da violência; Verificação de padrões criminais das evidências; Leitura de Gráficos e Mapas.</p> <p>UNIDADE IV Sistemas tecnológicos Sinesp: apresentação e conceitos; Sistemas tecnológicos da SSPDS/CE: apresentação e conceitos.</p> <p>UNIDADE V Prática no uso dos sistemas tecnológicos.</p>	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
<p>Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.</p>	
RECURSOS DIDÁTICOS	
<p>Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos,</p>	

podcasts;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEATO, Claudio e Assunção, Renato. Sistemas de Informações Georreferenciadas em Segurança. Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública. Editora da UFGM, Belo Horizonte, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório: Homicídios no Brasil. 2016. Disponível em:

CATALANO, S. M. The Measurement of Crime: Victim Reporting and Police Recording. New York: LFB Scholarly, 2006.

CEARÁ. Experiências exitosas de enfrentamento à violência e à criminalidade - Análise de Benchmarking. 2019.

CEARÁ. O Cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará. 2019. CEARÁ. Ceará Pacífico em Ação - Matriz de acompanhamento. 2019.

FÁVERO, L. P; BELFIORE, P. Manual de Análise de Dados. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERRO, Alexandre Lima. Inteligência de segurança pública e análise criminal. Revista Brasileira de Inteligência, v. 2, n. 2, p. 77-92, 2006.

HAIR, Jr., Joseph F., ANDERSON, Rolph E., TATHAM, Ronald L. BLACK, William. Análise Multivariada de Dados. 5 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005. MIRANDA, Zil. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Segurança Pública. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, n. 2, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE LIMA, Gabriel Domingues; DE OLIVEIRA, Natan Flores; DA SILVA COSTA, Simone Teles. Gestão da segurança pública no Brasil: a utilização da tecnologia a favor da sociedade. Revista GeTeC, v. 10, n. 25, 2021.

DURANTE, Marcelo; BORGES, Doriam. Avaliação de desempenho em Segurança Pública. Segurança, Justiça e Cidadania. Ministério da Justiça, ano, v. 3, 2011.

KAHN, Tulio et al. O papel dos municípios na segurança pública. 2006.

LIMA, Vladimir Braga de et al. Ferramentas de tecnologia de informação e comunicação na segurança pública: uma análise sobre o Portal SINESP e suas ferramentas. 2017.

NERY, Felipe Souza; NADANOVSKY, Paulo. A impunidade do homicídio no Brasil entre 2006 e 2016. Revista de Saúde Pública, v. 54, p. 144, 2020. PERES, Loriecio da Silva et al. Aplicativos para dispositivos móveis aplicados à segurança pública: pesquisa bibliográfica. 2017.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. Estudos avançados, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Sistemas de Auditoria e Controle
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
FORMAS DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÓRGÃOS DE CONTROLE. CONTROLE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO. SISTEMAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ.	
OBJETIVOS	
<p>GERAL:</p> <p>Compreender os sistemas de controle, de acordo com os conceitos e a legislação de referência, para aplicação nos processos de gestão de economia e finanças das instituições.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos e o funcionamento dos sistemas nacional e estadual de controle, tanto no âmbito externo como interno; - Compreender as ações de cada poder, analisando as etapas do trabalho de auditoria; - Conhecer os elementos e os tipos de processos para responsabilizar os gestores públicos. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>Unidade I – Governança e Controles na Administração Pública</p> <p>1. Governança na Gestão Pública</p> <p>1.1 Teoria da agência na gestão pública</p> <p>1.2 Governança na gestão pública</p> <p>1.2.1 Evolução da gestão pública e relação com a governança</p> <p>1.2.2 Governança na gestão pública</p> <p>1.2.3 Governança na gestão pública segundo a International Federation of Accountants (IFAC)</p> <p>2. A Função Controle na Administração Pública Brasileira</p> <p>2.1 Brevíssimo Histórico da Função Controle na Administração Pública Brasileira</p> <p>2.2 Formas de Controle na Administração Pública Brasileira</p> <p>2.3 Previsões Legais para a Função Controle na Administração Pública Brasileira</p> <p>2.4 A Organização do Controle Externo na Administração Pública Brasileira</p> <p>2.4.1 Tribunal de Contas da União (TCU)</p> <p>2.4.2 Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE)</p> <p>2.5 Definições de Controle Interno e sua Inserção na Administração Pública Brasileira</p> <p>2.6 A Função Controle Interno no Estado do Ceará</p> <p>2.6.1 Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE)</p> <p>Unidade II – O Controle Interno no Estado do Ceará</p> <p>1. Previsões Constitucionais e de legislação ordinária</p> <p>2. Estratégia da CGE</p> <p>3. A CGE no organograma do Poder Executivo do Ceará</p> <p>4. A CGE e o modelo de três linhas</p> <p>5. A Atuação da CGE</p> <p>6. A participação da CGE no Comitê de Gestão por Resultados e Fiscal</p> <p>Unidade III – A Auditoria Interna na Gestão Pública</p> <p>1. Auditoria – uma contextualização</p> <p>1.1 Definição de auditoria</p> <p>1.2 Classificação das atividades de auditoria</p> <p>2. Processo de Auditoria</p> <p>2.1 Planejamento global</p> <p>2.2 A administração da área de auditoria</p> <p>3. Execução de auditoria</p> <p>3.1 Ordem de serviço de auditoria</p> <p>3.2 Planejamento da auditoria</p>	

- 3.3 Programa (ou procedimentos) de auditoria
- 3.4 Execução da auditoria
- 3.5 Comunicação do resultado da auditoria
- 4. Plano de ação e monitoramento
 - 4.1 Plano de ação para sanar fragilidades
- Unidade IV – Avaliação de Resultados e Auditoria Interna
 - 1. Breve retorno aos paradigmas da Administração Pública
 - 1.1 Contexto e Evolução Histórica da Administração Pública
 - 2. Conectando a Gestão para Resultados com a Avaliação de Resultados
 - 2.1 O Modelo de GpR do Estado do Ceará
 - 3. Conectando a Avaliação de Resultados e o Controle Interno
 - 3.1 Auditoria de Desempenho
 - 3.1.1 Auditoria de Desempenho na CGE
- Unidade V – Controle Social, Transparência e Acesso à Informação
 - 1. Definições e práticas para o exercício do controle social
 - 2. A transparência enquanto princípio, definições e correspondentes previsões legais
 - 3. O acesso à informação – definições, previsão legal e o exercido na CGE

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARZELAY, Michael. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Org.). Instituições Centrais de Auditoria e Auditoria de Desempenho: uma análise comparativa das estratégias organizacionais na OCDE. In. O controle externo e a nova Administração pública: uma visão comparativa. Traduzido por Adriana Monteiro Vieira e Marcelo Barros Gomes. Brasília: TCU, 2002. p. 25 – 78.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 14 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8443.htm. Acesso em: 09 abr. 2021. BRASIL.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Indicadores de programas: guia metodológico. Brasília: Ministério do Planejamento, 2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Competências. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/institucional/conheca-o-tcu/>. Acesso em: 09 abr. 2021.

CEARÁ. [Constituição Estadual (1989)]. Constituição do Estado do Ceará, 1989: [livro eletrônico]: Atualizada até a Emenda Constitucional nº 117 de 09.11.2022. Fortaleza: Inesp, 2022. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70432>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CEARÁ (Estado). Decreto nº 32.216, de 08 de maio de 2017. Regulamenta o modelo de gestão para resultados do Poder Executivo do estado do Ceará, institui a gestão de projetos de investimento público do Governo do estado do Ceará, e dá outras providências. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2017/08/Decreto_N_32.216_de_08.05.17.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

CEARÁ (Estado). Decreto nº 33.267, de 13 de setembro de 2019. Aprova o regulamento da secretaria do planejamento e gestão (Seplag), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/04/Decreto-33.267-2019.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CEARÁ (Estado). Lei nº 12.509, de 06 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Ceará: Assembléia Legislativa (Alece), [2000]. Disponível em: <https://www.tce.ce.gov.br/institucional/2012-09-06-14-01-12>. Acesso em: 09 abr. 2021.

CEARÁ (Estado). Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da administração estadual. Ceará: Assembléia Legislativa (Alece), [2018]. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/orcamento-financas-e-tributacao/item/6514-lei-n-16-710-de-21-12-18-republicado-no-d-o-de-27-12-18>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CEARÁ (Estado). Governo do estado do Ceará. Organograma da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/organograma/cge/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CEARÁ (Estado). Governo do estado do Ceará. Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Estadual. Disponível em <https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2021/12/Referencial-Tecnico-da-Atividade-de-Auditoria-Interna-do-Poder-Executivo-Estadual.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

CEARÁ (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Resolução nº 835, de 03 de abril de 2007. Aprova o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Regimento Interno do TCE - CE [2007]. Disponível em: <https://www.tce.ce.gov.br/institucional/2012-09-06-14-01-52>. Acesso em: 09 abr. 2021.

DA ROSA, A. L. T.; HOLANDA, M. C.; MAIA JÚNIOR, F. Q. O marco lógico da gestão por resultados (GPR). In HOLANDA, M. C. (organizador). Ceará – a prática de uma Gestão Pública por Resultados. Fortaleza: IPECE, 2006.

GARCES, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 53, n. 4, p. p. 53-77, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v53i4.294. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/294>. Acesso em: 30 ago. 2021.

JANNUZZI, Paulo de M. A importância dos indicadores na elaboração de diagnósticos para o planejamento no setor público. Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas à Segurança Pública, 2011.

MACIEL, Everton Cabral; et. al. Iniciativas inovadoras para o fortalecimento do modelo de Gestão para Resultados. In: Governo do Estado do Ceará. Secretaria do Planejamento e Gestão. Serviço Público no estado do Ceará: práticas e reflexões. Volume 2. Fortaleza: Print Soluções Gráficas, 2022.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. Um guia de governança para resultados na administração pública. Publix Editora, 2010.

NUNES, P.R.C. Práticas de auditoria de desempenho em órgãos estaduais brasileiros de controle interno – elementos para configuração de um modelo. 2006. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NUNES, P. R. C.; LIMA, A. O.; OLIVEIRA, M. C. Evidências de Práticas de Governança em Sociedades de Economia Mista da Administração Pública do Estado do Ceará. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. 22 a 26/09/2012.

NUNES, P. R. C.; LIMA, A. O.; NOGUEIRA, F. L. B. M.; OLIVEIRA, M. C. Evidências de Práticas de Governança na Administração Pública do Estado do Ceará. EnAPG - Encontro de Administração Pública e Governo. Salvador. 18 a 20/11/2012.

PINHEIRO, Maurício M. S. Políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual, 2020.

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7. ed. São Paulo: Atlas,

2014.

SILVA, M. M. da. Curso de auditoria governamental: de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública aprovadas pela INTOSAI. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

SILVEIRA, A. D. M. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

_____. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2007.

SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro de; TAVARES FILHO, Francisco; MACÊDO, Fabrício de Queiroz. Governança corporativa e governança da gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Gestão Integrada Baseada no Sistema Único de Segurança Pública (Susp)
Carga horária	16h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP). POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (PNSPDS). SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. DA COMISSÃO PERMANENTE DO SISTEMA NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL: Compreender a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal, à luz da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) no contexto do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).</p> <p>ESPECÍFICOS: Compreender a gestão integrada dos órgãos de Segurança Pública no contexto da legislação em análise, objetivando um aprofundamento daquilo que se passa a compreender como Segurança Pública; Participar efetivamente dos diálogos, ponderações e conclusões conforme atividades do grupo; Perceber os ditames e meandros do SUSP empreendendo na coprodução do conhecimento intra e extraescolar.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP) O que é o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); Contextualização histórica; Criação; funcionamento, composição e atuação; Legislação aplicável ao Susp: Lei nº 13.675/2018; Decreto nº 9.489/2018; Decreto nº 10.822/2021; Mecanismos de transparência e avaliação e de controle e correção de atos dos órgãos do Sistema Único de Segurança Pública.</p> <p>UNIDADE II - POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (PNSPDS) Princípios, diretrizes, objetivos, estratégias, meios e instrumentos (Lei 13.675/2018); Regulamentação, estrutura e procedimentos para a execução do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (Decreto nº 10.822/2021); Ministério da Justiça e Segurança Pública: gestão; coordenação e acompanhamento do Susp; Metas para o acompanhamento e avaliação das políticas de segurança pública e de defesa social; Da Formulação dos Planos de Segurança Pública e Defesa Social: Plano Nacional de Enfrentamento de Homicídios de Jovens.</p> <p>UNIDADE III – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL Sistemas e programas de atuação integrada; composição; Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social; Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas; Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional; Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública; Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança.</p> <p>UNIDADE IV – DA COMISSÃO PERMANENTE DO SISTEMA NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL E DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL Composição; Funcionamento; Competência.</p>	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i> , <i>vídeos</i> , <i>podcasts</i> e demais recursos interativos	

multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Fontes de dados policiais em estudos criminológicos: limites e potenciais. Fórum de debates - criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. Rio de Janeiro: Cesec-Ipea, 2000. p. 88 - 110.

BANCO MUNDIAL. Brasil: estratégias de redução da pobreza no Ceará. O desafio da modernização incluyente. Brasília: Banco Mundial, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9489.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10822.htm#art11. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994. Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp79.htmcompilado.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2079%2C%20DE%2007%20DE%20JANEIRO%20DE%201994&text=Cria%20o%20Fundo%20Penitenci%C3%A1rio%20Nacional%20%2D%20FUNPEN%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=IX%20%2D%20rendimentos%20de%20qualquer%20natureza,lhe%20%C3%A9rem%20destinados%20por%20lei. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de licitações públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp101.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021. Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência

Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp178.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar Nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei Nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Indicadores de programas: guia metodológico. Brasília: Ministério do Planejamento, 2010.

CARNEIRO, Leandro Piquet. Violência urbana, segurança pessoal e criminalidade. In: América Latina: desafios da democracia e do desenvolvimento - políticas sociais para além da crise, p.242-275. São Paulo: IFHC, 2009.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.59-67, 2011.

CEARÁ. [Constituição Estadual (1989)]. Constituição do Estado do Ceará, 1989: [livro eletrônico]: Atualizada até a Emenda Constitucional nº 117 de 09.11.2022. Fortaleza: Inesp, 2022. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70432>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CEARÁ (Estado). Decreto nº 32.216, de 08 de maio de 2017. Regulamenta o modelo de gestão para resultados do Poder Executivo do estado do Ceará, institui a gestão de projetos de investimento público do Governo do estado do Ceará, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, de 10 de maio de 2017, nº 87, p. 01-06. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2017/08/Decreto_N_32.216_de_08.05.17.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

CEARÁ (Estado). Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da administração estadual. Ceará: Assembléia Legislativa (Alece), [2018]. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/orcamento-financas-e-tributacao/item/6514-lei-n-16-710-de-21-12-18-republicado-no-d-o-de-27-12-18>. Acesso em: 02 jan. 2022.

Cerqueira, Daniel; Bueno, Samira (Coords.). Atlas da violência 2020. Brasília: Ipea/FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

JANNUZZI, Paulo de M.A importância dos indicadores na elaboração de diagnósticos para o planejamento no setor público. Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas à Segurança Pública, 2011.

MACIEL, Everton Cabral; et. al. Iniciativas inovadoras para o fortalecimento do modelo de Gestão para Resultados. In: Governo do Estado do Ceará. Secretaria do Planejamento e Gestão. Serviço Público no estado do Ceará: práticas e reflexões. Volume 2. Fortaleza: Print Soluções Gráficas, 2022.

PINHEIRO, Maurício M. S. Políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 86, de 23 de março de 2020. Define o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasília, DF, 23 mar. 2020. Diário Oficial da União, seção: 1, edição: 57, p. 68. Brasília, DF, 24 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 229, de 10 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a unificação e padronização das classificações e o envio de dados, definidos pelos entes federados, a serem implementados e fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp. Diário Oficial da União, Seção: 1, p. 191-192. Brasília, DF, 11 dez. 2018.

GARCES, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 53, n. 4, p. p. 53-77, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v53i4.294. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/294>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. Um guia de governança para resultados na administração pública. Publix Editora, 2010.

MEDEIROS, Ana Cristina Cavalcante. Gestão por resultados na administração pública: a experiência do estado do Ceará comparada ao modelo canadense. Dissertação (Mestrado) - Curso de Controladoria, PPAC, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Fundamentos das Ciências Policiais
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
<p>ORIGEM DA CIÊNCIA POLICIAL. ELEMENTOS GERAIS DA CIÊNCIA POLICIAL. CIÊNCIAS POLICIAIS DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA. POLÍCIA E CONHECIMENTO CIENTÍFICO. POSIÇÃO ATUAL DO CONCEITO DE CIÊNCIA POLICIAL: SISTEMA, OBJETO E MÉTODO. INSTRUMENTOS DE FOMENTO À PESQUISA DE CIÊNCIAS POLICIAIS. CIÊNCIAS POLICIAIS E NOVAS TEORIAS. A POLÍCIA DIANTE DA GLOBALIZAÇÃO. PROPEDÊUTICA DA CIÊNCIA POLICIAL NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA ATUAL. CRIMINALIDADE CRIMINAL URBANA: CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL. PRINCÍPIOS DE GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM FOCO NA CIÊNCIA POLICIAL: GESTÃO POR RESULTADOS, HEPTÂMETRO DE QUINTILIANO E OUTROS MÉTODOS. O CRIME DE HOMICÍDIO COMO OBJETO DE ESTUDO DAS CIÊNCIAS POLICIAIS. A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA POLICIAL. ESTUDOS DE CASOS.</p>	
OBJETIVOS	
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender as diretrizes gerais e fundamentos das ciências policiais, capacitando o corpo discente à adoção, no âmbito de suas instituições, dos modelos, objetos, sistemas e instrumentos de fomento à ciência policial como medidas estratégicas de segurança pública. <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a origem, elementos e posição atual do conceito de ciências policiais; - Identificar os instrumentos de fomento às pesquisas de ciências policiais e verificar as novas teorias fundamentadoras no que corresponde à atuação da polícia diante da globalização; - Discutir acerca da criminalidade urbana dentro do contexto nacional e internacional; - Verificar os princípios de gestão pública e planejamento estratégico aplicados às ciências policiais, tomando como exemplo o crime de homicídio; - Debater acerca da importância da integração das forças de segurança pública para o desenvolvimento da ciência policial. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I - DIRETRIZES INTRODUTÓRIAS ACERCA DAS CIÊNCIAS POLICIAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Considerações acerca da origem e elementos gerais das ciências policiais; - Ciências policiais de segurança e ordem pública; - Ciências policiais e conhecimento científico – posição atual do conceito de ciências policiais. <p>UNIDADE II - A CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA POLICIAL E SUAS NOVAS TEORIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos de fomento às pesquisas a respeito das ciências policiais; - Ciências policiais e novas teorias; - Propedêutica da ciência policial no âmbito da segurança pública; - A atuação da polícia diante da globalização. <p>UNIDADE III – AS CIÊNCIAS POLICIAIS E A CRIMINALIDADE URBANA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bases teóricas e documentais acerca da criminalidade urbana; - A criminalidade urbana no contexto nacional; - A criminalidade urbana no contexto internacional; - O crime de homicídio e as ciências policiais <p>UNIDADE IV – OS PRINCÍPIOS DE GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM FOCO NAS CIÊNCIAS POLICIAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão pública por resultados - Heptâmetro de Quintiliano - O crime de homicídio e as ciências policiais: aplicação dos métodos e resultados <p>UNIDADE V – OS MÉTODOS INTEGRATIVOS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA POLICIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - A importância da integração das forças de segurança no desenvolvimento da ciência policial; - Estudos de caso 	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i> , <i>vídeos</i> , <i>podcasts</i> e demais recursos interativos	

multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Segurança Pública: Fundamentos Jurídicos Para Uma Abordagem Constitucional. São Paulo: Atlas, 2013.
JUNIOR, Carlos Alberto dos Rios e outro. Manual de polícia judiciária: doutrina e prática. São Paulo: Edipro, 2019.
JUNIOR, Azor Lopes Silva. Ensaio sobre a luta das ciências policiais no campo científico. Disponível em: <http://revistasusp.mj.gov.br/susp/index.php/revistasusp/article/view/35>. Acesso em 12.03.2022.
LEAL, Gabriel Rodrigues. Fundamentos das ciências policiais: da barbárie à segurança pública. Curitiba: CRV, 2020.
NUCCI, Guilherme de Souza. Direitos Humanos Versus Segurança Pública. São Paulo: Forense, 2016.
PEREIRA, Eliomar da Silva. Introdução às Ciências Policiais: a polícia entre ciência e política. São Paulo: Almedina, 2019.
RICHARDSON, Roberto Jarry e col. Pesquisa social: métodos e técnicas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
ROCHA, Luiz Carlos. Investigação policial, teoria e prática. 2. ed. Bauru, São Paulo: Edipro, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVARÉZ, J. E. S. Avanços na Ciência Policial na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Policiais (ISSN 2178-0013), Brasília, v. 1, n. 1, p. 21-80, jan - jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/29>. Acesso em: 12 de março de 2022.
DOUGLAS, John; OLSHAKER Mark. Mentis criminosas e crimes assustadores. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
GOMES, P. V. A actividade policial como ciência. Revista Brasileira de Ciências Policiais (ISSN 2178-0013), Brasília, v. 1, n. 2, p. 105-125, jul.-dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/44>. Acesso em: 12 de março de 2022.
LEAL, Gabriel Rodrigues. Fundamentos filosóficos, políticos e educativos da polícia: da sensação de segurança à instituição policial. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/9851> Acesso em 12.03.2022.
MARCINEIRO, Nazareno (org.). Ciências Policiais. Florianópolis: Insular, 2021.
OLIVEIRA, Frederico Abrahão. Vítimas e criminosos. Porto Alegre: Sagra-DC - Luzzatto, 1996.
SAMENOW, Santon E. A mente criminosa. Campinas: Vide Editorial, 2020.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEESP)	
Disciplina	Inteligência de Segurança Pública
Carga horária	32h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA. SISTEMA E SUBSISTEMAS DE INTELIGÊNCIA. ESTADO, SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA. METODOLOGIA DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.	
OBJETIVOS	
<p>GERAL: Compreender os principais aspectos teórico-conceituais, doutrinários, principiológicos e legais que circundam a atividade de inteligência com foco no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), bem como no Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp), incluindo o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do estado do Ceará, assimilando o papel desempenhado pelos agentes de inteligência no âmbito da segurança pública, sobretudo no tocante ao enfrentamento à criminalidade organizada.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entender o que é a atividade de inteligência de segurança pública; - Conhecer a evolução histórica do sistema de inteligência no Brasil e no Ceará; - Assimilar as atribuições e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp) e do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Ceará; - Identificar as fragilidades e ameaças internas e externas ao sistema de segurança pública; - Distinguir os diferentes documentos de inteligência e saber utilizar as metodologias e ferramentas existentes para a correta produção de conhecimento; - Discernir como o conhecimento produzido pela inteligência poderá subsidiar o gestor na tomada de decisão. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I – A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O que é inteligência e qual sua finalidade? 2. Processo histórico da atividade de inteligência; 3. Elementos essenciais ao conceito de inteligência e sua concepção como produto, organização e processo; 4. Categorias de inteligência e sua classificação segundo a Doutrina da Escola Superior de Guerra. <p>UNIDADE II - SISTEMA E SUBSISTEMAS DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN); 2. Política Nacional de Inteligência e Estratégia Nacional de Inteligência; 3. Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP); 4. Política Nacional de Inteligência e Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública; 5. Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (SEISP). <p>UNIDADE III – ESTADO, SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ações contrárias ao Estado Democrático de Direito; 2. Tratamento normativo das Organizações Criminosas; 3. Inteligência de Segurança no combate às Organizações Criminosas; 4. Desastres de causas naturais ou tecnológicas com impacto na segurança pública; 5. Controle da Atividade de Inteligência de Segurança Pública. <p>UNIDADE IV – METODOLOGIA DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Verdade e Erro; 2. Ciclo da produção do conhecimento; 3. Planejamento; 4. Reunião de dados; 5. Processamento; 6. Formalização e Difusão. 	

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2021a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10777.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.778, de 24 de agosto de 2021. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2021b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10778.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9883.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

CEPIK, Marco. Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/marcocepi/FILES/cepi_-_2003_-_fgv_-_espionagem_e_democracia_21-apr-14_1.compressed.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

FIRME, Paulo Henrique Camargos. Aspectos essenciais da inteligência estratégica em desastres – 1 ed. Belo Horizonte, São Paulo: D' Plácido, 2021.

FONSECA, Fernanda. Interação entre atividade de inteligência e policiamento ostensivo: a experiência da Operação Segurança Presente. *Cadernos de Segurança Pública*, Ano 12, Número 12, setembro de 2020, p. 3. Disponível em: <https://www.isprevista.rj.gov.br:4433/download/Rev20201203.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

GONÇALVES, Joanisval Brito. A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: o caso do Brasil. Trabalho apresentado ao Center for Hemispheric Defense Studies, Research and Education Defense and Security Studies (REDES 2003), outubro de 2003, Santiago (Chile), no Painel "Public oversight and intelligence". Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/8672/a-atividade-de-inteligencia-no-combate-ao-crime-organizado>. Acesso em: 17 jun. 2021.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Políticos e Espiões: o Controle da Atividade de Inteligência – 2 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2019.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de Inteligência e Legislação Correlata – 6 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2018.

LIMANA, Regis André Silveira. A atividade de inteligência de segurança pública na produção de informações e conhecimento para grandes eventos: novo paradigma e legado. 2010. Monografia (Curso de Pós-graduação de Especialização em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública) – Centro Universitário Newton Paiva e Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Edson E. N.; ROLIM, Vanderlan H. A importância da atividade de inteligência de segurança pública na prevenção criminal. O Alferes, Belo Horizonte, 70 (27): 139-168, jan./jun. 2017.

HAMADA, Helio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. Inteligência de segurança pública e cenários prospectivos da criminalidade – série inteligência, estratégia e defesa social – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2016.

HAMADA, Helio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. Teoria e práticas de inteligência de Segurança Pública – série inteligência, estratégia e defesa social – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2019.

HAMADA, Helio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. Inteligência de segurança pública: Contribuições doutrinárias para o cotidiano policial – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2020.

HAMADA, Helio Hiroshi. Estudos de inteligência: faces da segurança pública na fronteira do Brasil – série inteligência, estratégia e defesa social – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, DF: Presidência da República, [2012a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Brasília, DF: Presidência da República, [2012b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7845.htm. Acesso em: 17 fev. 2022.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEASP)	
Disciplina	Diretrizes Normalizadoras para a Produção de Trabalhos Científicos
Carga horária	16h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
DIRETRIZES NORMALIZADORAS E PADRONIZADORAS DOS TRABALHOS ACADÊMICOS DA AESP CE; A CONSTRUÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO COM BASE NO PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA; ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS E OPCIONAIS DE UM ARTIGO CIENTÍFICO (NORMAS DA ABNT); ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FORMATAÇÃO DE UM ARTIGO CIENTÍFICO.	
OBJETIVOS	
<p>GERAL:</p> <p>- Compreender as normas básicas que regem a produção padronizada de trabalhos acadêmicos/científicos dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ofertados pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp CE) e entender os critérios de avaliação da produção e apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <p>Distinguir os diferentes tipos de trabalhos acadêmicos/científicos;</p> <p>Assimilar as regras atinentes à estrutura, organização e formatação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) na modalidade artigo científico;</p> <p>Conhecer as Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que deverão ser observadas por ocasião da produção do artigo científico;</p> <p>Identificar os elementos obrigatórios e opcionais de um artigo científico.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>UNIDADE I - DIRETRIZES NORMALIZADORAS E PADRONIZADORAS DOS TRABALHOS ACADÊMICOS DA AESP CE</p> <p>Considerações sobre o Guia de Normalização e Padronização de Trabalhos Acadêmicos da Aesp CE;</p> <p>Regras para a produção e apresentação do TCC perante banca examinadora;</p> <p>Critérios de avaliação do TCC e formação das bancas examinadoras.</p> <p>UNIDADE II - A CONSTRUÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO COM BASE NO PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA</p> <p>Trabalhos científicos: tipos e principais diferenças;</p> <p>Projeto de pesquisa e artigo científico;</p> <p>Alinhamentos necessários;</p> <p>Modelo de slides para a apresentação oral do TCC e do trabalho da disciplina.</p> <p>UNIDADE III - ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS E OPCIONAIS DE UM ARTIGO CIENTÍFICO (NORMAS DA ABNT)</p> <p>Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que serão utilizadas na elaboração do artigo científico.</p> <p>Elementos pré-textuais;</p> <p>Elementos textuais;</p> <p>Elementos pós-textuais.</p> <p>UNIDADE IV - ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FORMATAÇÃO DE UM ARTIGO CIENTÍFICO</p> <p>Aspectos gerais sobre a estrutura do artigo científico: Resumo, palavras-chave, abstract, keywords, introdução, desenvolvimento, considerações finais; referências e citações;</p> <p>Aspectos gerais sobre a formatação do artigo científico: Número de páginas (mínimo e máximo), paginação, espaçamento, alinhamento, fonte (tipo e tamanho), layout, etc;</p> <p>Construção dos slides para a apresentação oral do artigo científico.</p>	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
<p>Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, <i>vídeos</i>, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais;</p> <p>Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);</p> <p>Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.</p> <p>Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;</p> <p>Estudo de casos e resolução de problemas;</p> <p>Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;</p> <p>Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.</p>	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências e elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro, 2012a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012b. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6034: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2004a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12225: informação e documentação: Lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011a.

FREIRE, Cylviane M. C. de B. P.; KARAM, Andrea M.; JULIANA, França Veras. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará. Aesp|CE: Fortaleza, 2022.

FREIRE, Cylviane M. C. de B. P.; NOTTINGHAM, Andrea De Boni. Desafios para elaboração de trabalhos jurídicos de cunho científico frente às inovações tecnológicas da contemporaneidade In: V Encontro Internacional do CONPEDI Montevideu - Uruguai - Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica II. 1 ed. Florianópolis: CONPEDI, 2016, p. 112-130. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/910506b2/2p3rm1wq/3N77613yB90ac0Rn.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2003. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (coord.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31- 49.

FRANÇA, Júnia Lessa *et al.* Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 6. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

11. METODOLOGIA

Definição dos procedimentos metodológicos, na qual se enfatize a forma como se pretende alcançar a integração teoria e prática, e relação dos recursos didáticos pertinentes

O curso será realizado por meio de aulas expositivas e dialogadas com emprego de técnicas metodológicas como: aulas expositivas; resolução de problemas; estudo de caso; seminários; palestras; visitas; produção e apresentação de artigos científicos, etc.

As aulas expositivas poderão contar com vários recursos didáticos, como dinâmicas, quadro branco, data show e outros, podendo ser apresentados vídeos abordando temas específicos sobre as matérias apresentadas, conforme os respectivos planos de aula.

12. FREQUÊNCIA

Indicação do percentual de frequência mínima exigida e forma de controle, não podendo ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento)

Frequência: A frequência mínima para quaisquer disciplinas é de 75% de presença. O controle de frequência dá-se pela assinatura dos discentes, a cada aula, em lista específica, ficando esta aos cuidados da Coordenação do Curso.

13. AVALIAÇÃO

Especificação do sistema de avaliação adotado, indicando critérios de desempenho e aprovação dos alunos

A avaliação será realizada em cada componente curricular, por meio de aplicação de provas objetivas e/ou subjetivas e trabalhos relativos à matéria. Em cada disciplina o discente deve obter no mínimo a nota 7,0 (sete) para aprovação.

O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado tanto no tocante a parte escrita quanto a apresentação. Para tanto serão constituídas bancas avaliadoras que atribuirão notas consoante critérios objetivos especificamente elaborados.

14. TCC: INDICAÇÃO DA NATUREZA DO TRABALHO E DOS REQUISITOS PARA AVALIAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC consistirá em um artigo científico de cunho individual, abordando tema ligado direta ou indiretamente à segurança pública e/ou defesa civil, devendo obedecer aos regramentos pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e normativas de Trabalhos Científicos elaboradas pela AESP/CE.

15. PARCERIAS

Descrição das parcerias firmadas com outras organizações para a operacionalização do curso, quando houver, especificando as atribuições dos parceiros

O curso acontece em parceria da Academia Estadual de Segurança Pública do Estado do Ceará – AESP/CE com o Governo do Estado do Ceará, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Polícia Civil do Estado do Ceará, Polícia Militar do Estado do Ceará, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, Perícia Forense do Estado do Ceará e Superintendência de Pesquisa e Estratégia e Segurança Pública do Estado do Ceará.

A parceria se dá com a formatação e elaboração da matriz curricular, elaboração de ementas, planos de ação docente, implantação de metodologias e disponibilização de docentes para que conjuntamente promovam a integração dos saberes e propiciem o alcance dos objetivos traçados.

Outras instituições/órgãos poderão agregar trabalhos ao curso, conforme diretrizes da Célula de Pós-graduação em consonância com a Direção-Geral.

16. CERTIFICAÇÃO

Indicação da forma de emissão e do registro dos certificados

A certificação dar-se-á pela própria Academia Estadual de Segurança Pública, com sustentação na legalidade e legitimidade que lhe é dada e atribuída pelo Conselho de Educação do Estado do Ceará. Os certificados emitidos pela AESP/CE possuem validade em todo o território nacional.

17. INFRAESTRUTURA FÍSICA

Relação da infraestrutura física do local de oferta, indicando salas de aula, biblioteca, equipamentos, laboratórios e demais instalações, com destaque para as condições de acessibilidade.

O curso realizar-se-á nas instalações da própria AESP/CE, complexo com mais de 60.000,00 metros quadrados composto dentre outros por: quadra poliesportiva; laboratórios de informática; salas de aula climatizadas e com *data show*; biblioteca; piscina olímpica; piscina com plataforma de saltos; campo de futebol; pista de *cooper*; restaurante; elevadores e rampas que garantem total acessibilidade. Oferta-se assim, estrutura compatível com os melhores centros de ensino e dotados de todos os requisitos para a execução com excelência da capacitação.

18. AVALIAÇÃO DO CURSO

Descrição do processo de avaliação do curso com os indicadores a serem utilizados:

O processo de avaliação do curso dar-se-á por provas realizadas para todas as disciplinas constantes da matriz curricular. Estas provas serão teóricas e/ou práticas, consoante a especificidade do conteúdo a ser repassado.

Nesse diapasão, também haverá como nota o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, no caso, um artigo científico individual que deverá ser elaborado seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e apresentado oralmente perante banca avaliadora.

Observação:

No mínimo 50% (cinquenta por cento) dos docentes serão dotados de titulação de mestre e/ou doutor devidamente reconhecida. Devem ainda ser profissionais com conhecimentos técnicos/específicos na área a ser ministrada. Cada docente poderá atuar em no máximo 3 (três) disciplinas.